



Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e oito minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição da Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), que se encontrava ausente por gozo de férias ficando o documento de verificação da identidade e legitimidade e o edital n.º 87/2023 arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), que se encontrava ausente por gozo de férias ficando o documento de verificação da identidade e legitimidade e o edital n.º 90/2023 arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

A Sra. Vereadora Graciete Maria da Conceição Vasco (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 7 a 12.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 13 e 14.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 15.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

- B) Período da Ordem do Dia**
1. **Projeto da Ata n.º 04/2023 - Reunião ordinária de 16 de fevereiro de 2023**
 2. **Projeto da Ata n.º 05/2023 - Reunião ordinária de 01 de março de 2023**
 3. **Deliberação n.º 811/2023 – Proposta n.º 03/2023 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela Empresa SOPAC - Sociedade Produtora de Adubos Compostos, S.A.**
 4. **Deliberação n.º 812/2023 – Proposta n.º 03/2023 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia**
 5. **Deliberação n.º 813/2023 – Proposta n.º 04/2023 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festanima**
 6. **Deliberação n.º 814/2023 – Proposta n.º 393/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 56, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**
 7. **Deliberação n.º 815/2023 – Proposta n.º 394/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 57, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**
 8. **Deliberação n.º 816/2023 – Proposta n.º 395/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Justificação notarial de prédio urbano, sito em Estrada da Algodeia, Setúbal**
 9. **Deliberação n.º 817/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DOM/DIHAB – Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade – Protocolo de Colaboração com Associação Garrbage**
 10. **Deliberação n.º 818/2023 – Proposta n.º 109/2023 – DCDJ/DISOC – Ateliers de Verão 2023 - Apoios financeiros**
 11. **Deliberação n.º 819/2023 – Proposta n.º 110/2023 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Tróia-2023**
 12. **Deliberação n.º 820/2023 – Proposta n.º 111/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
 13. **Deliberação n.º 821/2023 – Proposta n.º 112/2023 – DCDJ/DICUL – Doação de uma obra de arte ao Município**
 14. **Deliberação n.º 822/2023 – Proposta n.º 205/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de licenciamento para construção de um edifício destinado a serviços - Processo n.º 31/23**
 15. **Deliberação n.º 823/2023 – Proposta n.º 206/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará de demolição - Processo n.º 469/22**
 16. **Deliberação n.º 824/2023 – Proposta n.º 207/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 397/22**
 17. **Deliberação n.º 825/2023 – Proposta n.º 208/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 394/20**
 18. **Deliberação n.º 826/2023 – Proposta n.º 209/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de paragem e estacionamento proibidos, no Terreiro de Santo António**
 19. **Deliberação n.º 827/2023 – Proposta n.º 210/2023 – DURB/DIMOT – Estacionamento privativo (dois lugares), na Praça General Luís Domingues - Isenção do pagamento da taxa anual**
 20. **Deliberação n.º 828/2023 – Proposta n.º 211/2023 – DURB/DIMOT – Estacionamento de uso privativo (três lugares) atribuídos ao Hotel Aranguês – Rua José Pedro Silva**
 21. **Deliberação n.º 829/2023 – Proposta n.º 212/2023 – DURB/GAPGPA – Autorização de transmissão de titular de título de utilização privativa do domínio público hídrico - Apoio balnear Albarquel C1, Praia de Albarquel**

C) Período destinado à intervenção do Público

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Comunicação de Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 e 17.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH) e do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 18 e 19.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 20.
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 21 a 23.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse ter duas questões, sendo que a primeira estaria relacionada com o estacionamento na cidade de Setúbal e com os residentes na cidade de Setúbal que tinham direito ao estacionamento.

Recentemente falara com várias pessoas que se queixaram de terem feito a entrega da documentação à empresa exploradora do estacionamento, comprovando a sua residência e a necessidade do estacionamento para um ou dois carros, sendo que a documentação ficava esquecida na empresa, não dando nenhuma resposta aos cidadãos. A maioria das queixas que as pessoas lhe fizeram visavam sempre a Câmara Municipal.

Referiu que fez por duas vezes a tentativa de dizer que a responsabilidade não seria diretamente da Câmara Municipal, mas sim da empresa que não lhes dava resposta, sendo que seria a empresa que tinha essa responsabilidade. No entanto, o cidadão, como tinha mais confiança na Câmara do que na empresa, imputava a responsabilidade com mais facilidade à Câmara do que à empresa, consequência da confiança que as pessoas tinham ainda nas instituições. Tratava-se de um problema que tocava a muita gente, não fazia ideia nenhuma do número de pessoas que tinham os processos pendentes naquela empresa e que não tinham resposta para o estacionamento das suas viaturas.

O problema do estacionamento em Setúbal já era grave assim como em quase todas as médias e grandes cidades do país, mas como estavam em Setúbal e eram vereadores em Setúbal, seria com Setúbal que se tinha de preocupar. O problema do estacionamento era um problema grave e se aquela empresa que tinha a concessão e a exploração do estacionamento continuasse com aquelas atitudes e com desrespeito pelo cidadão, o problema agravar-se-ia.

Questionou o senhor Presidente sobre o que a Câmara Municipal poderia fazer com a empresa em questão, para que desbloqueasse aquele problema e resolvesse o problema do estacionamento, porque o número de cidadãos naquela situação era significativo.



O segundo ponto estaria relacionado com uma questão que levantou numa reunião de câmara e que estaria relacionado com a Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, no Viso. Referindo existirem problemas com a questão do amianto, dizendo que a responsabilidade direta não era da Câmara Municipal, mas que a câmara acabaria ser sempre responsável perante o cidadão, por todos os edifícios de natureza pública que existissem no concelho. Na reunião seguinte, o senhor Vereador da Cultura usou da palavra e disse que nada daquilo correspondia à verdade, uma vez que não havia nenhum problema de amianto.

Disse ter alguma dificuldade naquelas questões, porque normalmente quando falava informava-se daquilo que falava, por essa razão foi de novo falar com as pessoas e falou com a doutora Cristina Branco, que foi diretora da Unidade de Saúde Familiar do Viso, que tivera o cuidado de mandar um e-mail, para ficar claro a realidade da situação do amianto naquele Unidade de Saúde Familiar da cidade de Setúbal, passando a citar:

“Desde 1994 que trabalho no edifício que, desde 2010 é a Unidade de Saúde Familiar de São Filipe. Sempre ouvi dizer que o telhado tinha amianto. Foi feita uma intervenção para isolamento do amianto ainda antes de 1994, em 2008 por insistência de Ana Paula Luís foi feita pelo INSA a medição de partículas no meio ambiente e, nessa altura, o relatório dizia que não havia perigo para a saúde, de então até à data não voltou a haver medição de partículas no meio ambiente. Como em maio de 2023, um colega teve o diagnóstico de mesotelioma do peritoneu, cancro raro produzido pelas partículas de amianto. Ora, esta é uma grande coincidência, receamos por isso, por todos os funcionários e pelos utentes mais frequentadores. A direção do ACES já reuniu com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, vai ser de novo feita a medição das partículas de amianto, mas já ouvi dizer que lá para setembro ou outubro poderá acontecer e até lá continuamos sem saber se estamos ou não a inalar e a deglutir amianto. Devíamos ir todos à medicina ocupacional para excluir patologia relacionada com amianto. Na minha opinião, a medição de partículas no meio ambiente devia ter caráter urgente, independentemente do resultado, o amianto do telhado devia ser retirado ou nós sermos retirados do edifício, porque já há grave efeito nocivo sobre mais um dos funcionais.”

Aquela foi a resposta da doutora Cristina Branco da União de Saúde do Viso, que fora durante muitos anos diretora daquele centro de saúde e substituíra atualmente a atual diretora quando a mesma não podia exercer essas funções.

A responsabilidade direta, obviamente, não seria da Câmara, no entanto, as responsabilidades sobre os edifícios ligados à saúde passariam para a Câmara Municipal a curto ou médio prazo e aquele problema poderia cair nas mãos da Câmara Municipal. Gostaria de esclarecer se o problema do amianto naquela Unidade de Saúde Familiar se era uma realidade. Perante a transferência que poderia ocorrer, uma vez que verificavam algum desleixo por parte da Administração Central, questionou o senhor Presidente, sobre o que estaria a pensar fazer no que respeitava àquele problema.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse pretender colocar duas questões relacionadas com a estratégia local de habitação. No que respeitava ao “Primeiro Direito” e aos realojamentos da Quinta da Parvoíce, alguns meses tinha sido aprovado em reunião de câmara, um arrendamento da residencial setubalense que permitiria realojar, os últimos agregados familiares das pessoas que viviam sozinhas. Até ao momento, apesar das expectativas criadas na altura, esse realojamento não tinha ainda acontecido, pelo que questionou para quando estaria previsto e o que estaria a causar a sua demorar.

No que respeitava ao processo de reabilitação dos bairros de habitação pública municipal, particularmente naqueles onde as frações já não estavam inteiramente na posse do município, atendendo aquilo que era a dificuldade histórica de organização em condomínio naqueles prédios, tentar perceber o que era feito, que conversações estariam a decorrer e se haveria algum tipo de acordo com os particulares proprietários de frações para a intervenção no respetivo edificado.

Sr. Vereador Fernando José – Relativamente à questão de Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, antigo Centro de Saúde do Viso, o senhor Vereador Fernando Negrão levantara novamente o assunto, sendo que na anterior reunião de Câmara o senhor Vereador Pedro Pina facultar uma informação, que refletia um relatório de uma vistoria feita pela Câmara Municipal de Setúbal e da qual se concluía que o telhado de fibrocimento não tinha amianto. Uma vez que o senhor Vereador Fernando Negrão trazia novamente aquele tema a reunião de câmara, suportado por um e-mail de uma profissional que foi diretora daquele centro de saúde, sendo que os deputados do PSD em assembleia de freguesia de São Sebastião e da União de Freguesias de Setúbal levaram uma moção sobre aquele tema.

Disse caber da parte do senhor Presidente um esclarecimento e a entrega aos Vereadores do Partido Socialista do respetivo relatório que tinha sido afirmado pelo senhor Vereador Pedro Pina.

Disse que no dia 21 de setembro de 2022, aprovaram a deliberação n.º 3265/2022, para a contratação de empréstimo de médio e longo prazo - investimentos municipais e naquele mesmo dia, os vereadores do Partido Socialista levantaram a questão da compra de tinta para pintura de passadeiras estar incluída naquele empréstimo, um empréstimo a 20 anos que teria incluído também, entre outros investimentos, tinta para pintura de passadeiras. Terá sido dito na altura pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal que decidiram incluir a compra daquela tinta num empréstimo a 20 anos, porque seria necessário fazer uma intervenção robusta na pintura das passadeiras do concelho, num entanto, no concelho as passadeiras não estavam visíveis. A referida deliberação foi aprovada no dia 21 de setembro de 2022, estavam em julho de 2023 e não conseguia encontrar uma passadeira em Setúbal que estivesse visível, as passadeiras no concelho desapareceram, não havia uma única passadeira praticamente que tivesse tinta, elas eram invisíveis a quem andava na estrada, era um perigo para os condutores e um perigo para os peões.

Questionou o senhor Presidente para quando a referida intervenção robusta, para quando aquela intervenção urgente. Certamente que não estariam à espera que chegasse o inverno para dizerem que estaria a chover e não poderiam pintar as passadeiras. Cabia um esclarecimento para quando a pintura das passadeiras.

Disse que assistiram e tinham o registo fotográfico, que poderiam fazer chegar a algo que era também incompreensível. Em várias estradas do concelho, aquilo que verificavam eram os buracos nas estradas, uns atrás dos outros, e estradas que abateram. A título de exemplo, referiu que na Estrada da Baixa de Palmela encontrava-se um buraco tapado com uma grade, assim como na Rua da Padaria, significava que qualquer dia a Câmara Municipal de Setúbal já não iria ter mais grades para tapar os buracos no sentido de alertar os condutores e por essa razão cabia uma intervenção urgente, era preciso tapar aqueles buracos, porque eles eram um perigo a quem andava na estrada. Tratava-se de uma situação que proliferava um pouco por todo o concelho, o senhor Presidente que circulava em Setúbal e em Azeitão saberia certamente daquilo que estaria a falar. Aquela intervenção musculada que tardava na pintura das passadeiras era também urgente na reparação daquelas estradas.

Disse que tinha sido levantado na última Assembleia Municipal a questão da propagação de baratas e de ratos no concelho de Setúbal. Era algo que se verificava em Azeitão, tal como tinha sido levantado pelo deputado municipal do Partido Socialista Manuel Esteves, mas também em Setúbal, especialmente na baixa, estavam com um enorme problema com a propagação de baratas. Questionou o senhor Presidente para quando uma intervenção musculada por parte dos serviços que certamente teriam de ser contratualizados, porque seria importante a desbaratização e desratização em todo o concelho, sendo uma realidade sentida pelos munícipes.

Disse que houve um assumir de um compromisso da realização de uma reunião com os bombeiros, sobre o conflito que se agudizava. Questionou o senhor Presidente se aquela reunião já tinha tido lugar e se lhes poderiam informar qual o resultado dessa mesma reunião. Disse que tiveram conhecimento que, depois de uma brutal rutura de água no Estádio do Bonfim, há cerca de uns meses, voltaram a ter outra rutura no Estádio do Bonfim, essa rutura era possível que existisse desde maio, tendo o problema a densificar-se no mês de junho.

Tinha sido identificado pelos Serviços Municipalizados no dia 15 ou 16 de junho, porque apenas naquele dia os serviços estiveram no Estádio do Bonfim no sentido de tentar resolver o problema. Questionou o senhor Presidente qual seria a análise feita pelos Serviços Municipalizados, uma vez que estariam a perder cerca de 15m³ de água por hora, cerca de 360 m³ por dia. Sendo aquele um problema que se arrastava, pretendiam obter a confirmação, por que razão desde o mês de maio estariam a perder muita água.

Chamou a atenção para a necessidade de uma intervenção no Arquivo Municipal que sabiam estar prevista, mas que tardava, a requalificação daquele espaço e foi uma boa medida. A fachada principal estava bem pintada, mas quem subia ao 1.º piso verificava a falta de condições que existia no edifício, necessitando de obras urgentes.

Disse haver algo que vinha sendo recorrente por parte do executivo CDU na Câmara Municipal de Setúbal, o facto de o Jornal Municipal ter voltado a brindar-lhes no mês de junho, com uma notícia de propaganda política, que da forma como foi dada não seria mais do que uma extensão do Jornal do Avante. A notícia era dada por forma a desinformar os setubalenses.

Alertou que seria preciso ter cuidado com como comunicavam com a população. Quando comunicavam com a população tinham de contar tudo no cabeçalho das primeiras páginas do jornal que era municipal. Não falavam de um folheto da CDU, mas de um folheto municipal. Quando no folheto municipal afirmavam que o Centro de Saúde de Azeitão estava concluído numa obra em que o município se substituíra ao Estado, assim como o mesmo modelo tinha sido seguido para beneficiação da estrada da Mitrena, estariam a não informar devidamente os setubalenses.

Aquilo que existia na Câmara Municipal de Setúbal como existia em outras câmaras municipais pelo país fora, tratava-se de acordos de colaboração entre a Administração Central e as Autarquias Locais. Dizer que a Câmara Municipal se substituíra ao Poder Central para a realização naquela obra não era falar a verdade aos setubalenses. Aquele investimento que superava, ia além dos dois milhões de euros de empreitada, era suportado em 50% com financiamento da Comunidade Europeia, de quem a CDU “tanto gostava de elogiar”, através do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, cabendo ainda ao Governo através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo assegurar o restante encargo.

Disse ser precisamente naquele protocolo de cooperação - o qual saudaram -, que a Câmara Municipal de Setúbal disponibilizara o terreno, o projeto e a supervisão da obra. Não havia nenhuma substituição, era uma forma enviesada de ver aquele processo que levava ao engano dos setubalenses. Se aquela notícia estivesse num folheto do Partido Comunista Português não traria essa informação ali, porque ela seria trabalhada no plano político, no entanto, aquilo que foi prática da gestão CDU, seria a utilização de meios da Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente do Jornal Municipal para fazer campanha política, pelo que a sua bancada não iria admitir e como fizeram com outros jornais com as mesmas características, a bancada do PS iria agir em conformidade.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Vereador Fernando José pelas questões que tinha colocado, as quais iriam ter a devida resposta.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse concordar numa parte da intervenção do senhor Vereador Fernando José, presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista e deputado na Assembleia da República.

Na realidade, o Jornal Municipal não referia toda a verdade, tendo um cuidado extremo em ser delicado do ponto de vista institucional para com os parceiros da Câmara Municipal de Setúbal. Como era sabido e público tinha estado envolvido diretamente na negociação do acordo com a ARS-LVT (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) relativamente à construção daquele centro de saúde.

Referiu que tinha sido dito várias vezes, desafiando qualquer vereador daquela casa a questionar na sua presença, que os senhores administradores, os senhores membros do

Conselho Diretivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo para saber se aquilo que iria dizer seria mentira, dizendo com todo o sentido de responsabilidade que tinha, que terá sido transmitido à Câmara Municipal de Setúbal *“se não fosse a Câmara Municipal de Setúbal a assumir a candidatura a fundos europeus, a assumir o projeto, a assumir a obra e tudo mais, este centro de saúde nunca seria construído”*.

Tratava-se de um acordo de cooperação, no qual a Câmara Municipal de Setúbal se tinha substituído às responsabilidades e competências da Administração Central. Aquele Centro de Saúde, tal com todos os outros feitos pela Câmara Municipal de Setúbal, como aqueles feitos por qualquer outra Câmara Municipal em substituição da Administração Central, que em substituição da responsabilidade dos sucessivos Governos, só aprovariam as candidaturas que eram controladas pelos serviços da Administração Central se fossem as Câmaras Municipais a fazerem as candidaturas.

O que constava naquela notícia do Jornal Municipal, não correspondia à totalidade da verdade, não por qualquer tendência ou por qualquer objetivo de partidarização, ou de combate político por parte da Câmara, mas porque, a Câmara foi muito delicada do ponto de vista institucional com os seus parceiros relativamente àquela obra. Não foi verdade que dos 2,4 milhões de euros, sendo o valor total da obra, tendo aumentado, porque a ARS–LVT impusera ao projeto um aumento da área de construção, o que significava que dos 2,4 milhões só foram financiados menos de 2 milhões de euros.

O senhor Vereador Fernando José poderia questionar junto da ARS de Lisboa e Vale do Tejo e junto do senhor Ministro da Saúde, porque aquela seria a verdade dos factos, poderia consultar os acordos de cooperação, poderia consultar o contrato de programa assinado entre a Câmara Municipal e a ARS, Lisboa e Vale do Tejo e verificaria que não chegaria a 2 milhões de euros o valor de financiamento. Poderia verificar que 1 milhão e novecentos mil euros, seriam 50% assegurados por transferência do Governo, que a Câmara Municipal ainda estaria a haver e os outros 50%, seriam assegurados por fundos comunitários, para além daquilo que o senhor Vereador referiu, significava para além do valor do terreno, do custo do projeto, dos arranjos exteriores, das especialidades, que ainda investiram meio milhão de euros, em que a Câmara Municipal ainda não tinha a garantia por parte do Governo de que iriam ser pagos. Apesar de em reunião com a senhora ministra Marta Temido, ter referido que concordaria e que autorizaria a ARS, Lisboa e Vale do Tejo a fazer um pedido ao Ministério das Finanças para o financiamento do restante valor. Aquela era a verdade que não foi referida, da qual concordava que não estivesse sido referida.

Face àquilo que foi a afirmação do senhor Vereador Fernando José, aquilo que foi a divulgação nas redes sociais de outros eleitos do Partido Socialista, era necessário dizer a verdade e clarificar aquilo que era uma adulteração da realidade, aquilo que era uma ficção, o discurso que o Partido Socialista fez em Setúbal relativamente àquela matéria.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse pretender dar um esclarecimento relativamente aos dísticos de estacionamento para residentes. Referiu que a questão já tinha sido colocada em reunião de câmara por munícipes, por essa razão já tinham feito o ponto de situação com a empresa relativamente ao tempo em que fazia a apreciação dos requerimentos para atribuição do dístico. Segundo a empresa, o mesmo aconteceu num determinado período, não garantindo resposta nos 10 dias previstos, uma vez, que houve uma grande afluência de pedidos. Conforme as recentes informações, as respostas eram dadas em menos de 5 dias relativamente à entrega da totalidade da documentação necessária. Para acautelar aquela situação teriam de fazer a previsão no regulamento que seria um prazo de 5 dias para resposta da empresa ao requerente, após a entrega da documentação.

Solicitou ao senhor Vereador que lhe indicasse em concreto as situações para aferir junto da empresa, para que a câmara, enquanto entidade que ainda merecia o reconhecimento, pudesse fazer a respetiva verificação e ajudar na solução das questões.

No que referia à questão das passadeiras, que o senhor Vereador Fernando José gostava de simplificar na apreciação que fazia, tinha sido explicado por diversas vezes em reunião de câmara e em sessão da assembleia, aquilo que estava em causa no empréstimo não era a

compra de tinta para pintura de passadeiras, apesar do mesmo ter estado presente aquando das diversas explicações.

Disse estar em causa um investimento em passadeiras, redutores de velocidade e complementos à circulação rodoviária, daí ser um investimento avultado. Tratava-se de um procedimento em curso para dar cumprimento àquilo que estava previsto no empréstimo. Sobre as pinturas de passadeiras, o senhor vereador Fernando José também não conseguia ver nenhuma passadeira existente no concelho, valeria a pena lembrar que até maio de 2023 foram repintadas 350 passadeiras no concelho.

Lamentou o facto de o senhor Vereador não ter visto nenhuma passadeira, no entanto, sugeriu que fizessem uma visita. Certamente que existiam passadeiras que precisavam de uma lavagem pela regularidade da sua utilização, sendo que seria aquela a previsão que estariam a fazer com os diversos serviços com competências na matéria. Sugeriu ao senhor Vereador que fizessem um percurso para poderem verificar aquelas que se encontravam pintadas. Aquela seria a forma séria, correta e colaborativa que tinham de resolver efetivamente os problemas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou, no que se referia à resolução da questão da Quinta da Parvoíce e da Residencial Setubalense, que estaria previsto que no dia 11 fosse feito o transporte dos bens dos últimos 11 moradores para a Residencial Setubalense e que, a partir do dia 11 as pessoas seriam todas alojadas, acabando com a existência de residentes na Quinta da Parvoíce, sendo eliminado o último bairro de barracas em Setúbal. Depois colocava-se o problema da demolição e do amianto que existia em algumas daquelas barracas. Concluíram um dos procedimentos, no entanto, careciam das autorizações adequadas da ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho poderem demolir aquele espaço com o amianto. Até lá teriam que encontrar uma solução, demolir o que fosse possível demolir, impedindo o uso daqueles abarracamentos e logo que pudessem iriam demolir integralmente, limpar tão breve quanto possível com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, no sentido de garantir as devidas medições e o levantamento topográfico para iniciar a preparação do terreno aquando da construção de nova habitação a ser feita na zona da Quinta da Parvoíce, sendo uma parte feita pela câmara de renda apoiada, cerca de 200 fogos feitos pelo IHRU de renda acessível. O processo estava em estado adiantado, com o concurso de ideias concluído, estando a ser preparados os documentos para se iniciar o concurso público de adjudicação daquela obra. Nessas habitações e noutras públicas que iriam ser construídas, seriam posteriormente realojadas as pessoas da Quinta da Parvoíce.

Relativamente à questão da recuperação dos bairros e dos condomínios, o processo de revitalização decorria, a obra estava adiantada no bairro da Manteigada, iriam arrancar naquele mês no Bairro da Alameda das Palmeiras e iriam arrancar depois do verão, na Bela Vista e no Forte da Bela Vista. Relativamente à gestão dos condomínios, todos os bairros tinham condomínios em todos os prédios, exceto um prédio na Bela Vista que entendera não construir condomínio. Dos 450 prédios, naquele momento tinham mais de metade com condomínio organizado, os quais seriam intervencionados de imediato. Quanto aos privados, os mesmos teriam de apresentar candidaturas próprias para intervenção no interior das suas habitações. Desde que aderissem ao processo de reabilitação, ser-lhe-ia pago a 100%, a parte correspondente à permissão dos proprietários, caso não aceitassem participar naquele processo, teriam de pagar diretamente do seu bolso, o valor correspondente à permissão que lhe correspondia. Estiveram a reunir com os proprietários, sendo que na última reunião estiveram mais de 150 proprietários da Bela Vista, tendo aderido já 120 proprietários, podendo garantir que toda a obra seria comparticipada a 100% pelo IRHU, na comparticipação prevista. Tudo aquilo era feito em todos os bairros, o bairro mais complexo em termos de proprietários seriam os da Bela Vista, que tinham cerca de metade dos proprietários. Tinham dois bairros, o Bairro 2 de Abril que iria para a 3.ª fase e o Bairro 25 de Abril que iria para a 2.ª fase, em que praticamente eram todos proprietários não havendo praticamente inquilinos. Havendo uma história antiga promovida pela Câmara na criação de



condomínios, uma vez que tinham condomínios com uma década, significava terem um trabalho muito regular dos proprietários e certamente não haveria nenhum problema na adesão dos proprietários ao processo de reabilitação.

Disse que naquela tarde decorreram reuniões, para apresentar aos moradores os projetos dos prédios, os projetos das cozinhas, os projetos das casas de banho e com a possibilidade de entre duas hipóteses, selecionarem os materiais e as cores. Tratava-se de um processo muito participado, permitindo iniciar os trabalhos sem grande dificuldade. A questão mais complexa naquela gestão era a intervenção nas casas de banho e nas cozinhas que obrigava as pessoas a saírem durante um mês e meio das suas próprias casas, sendo que alguns encontraram a solução em casas de familiares, amigos ou vizinhos e as que não tinham essa condição a Câmara realojava as pessoas, usariam uma parte da Residencial Setubalense para essa situação e previam para os bairros de grande dimensão integrar na empreitada, uma vez, que o PRR cobria o aluguer de módulos que permitisse durante um mês e meio as pessoas serem alojadas, sendo que se tratava de uma obra rotativa e sistemática ao longo dos vários prédios.

Disse ser um processo bastante complexo, que era muito bem gerido pelo setor da habitação e pelas outras áreas da câmara envolvidas, mas que era bastante trabalhoso e delicado e só foi possível fazer com alguma serenidade, enquanto tinham um trabalho através do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” com mais de uma década com os moradores, com uma relação muito próxima, permitindo trabalhar aquelas situações delicadas com algum rigor, com alguma compreensão e com uma grande parceria com os moradores.

Relativamente à unidade de Saúde Familiar de São Filipe, disse ter uma informação que solicitara durante a reunião aos serviços municipais, tendo questionado se o telhado tinha amianto, cuja resposta foi negativa. Questionara que tipo de telhado tinha, tendo sido a resposta que se tratava de telhado sandwich e depois mandaram-lhe uma fotografia aérea a comprovar. Não era necessário nenhum tipo de relatório, o Partido Socialista poderia deslocar-se ao local e verificar o telhado sandwich, tratava-se de um painel Sandwich cor-de-rosa, que a ARS substituiu. Significava que haveria qualquer coisa que estaria mal contada e não percebia bem o que se passou. Aquela informação conflituava com outras informações que, entretanto, chegaram. Foi uma equipa técnica há 3 semanas, avaliar a situação e posteriormente informara e enviara fotografia aérea.

Disse que em vez de estarem com aquela discussão sugeriu que fossem ao local para confirmar, não haveria forma de confundir um telhado sandwich com um telhado de fibrocimento, porque o facto de ser fibrocimento não significaria que fosse de amianto, teriam de verificar se o fibrocimento tinha ou não amianto.

Relativamente às passadeiras, o empréstimo chegou recentemente, estando a prever com aquela verba das passadeiras resolver as passadeiras mais relevantes da Av. Luisa Todi, substituí-las integralmente, levantá-las, repô-las e rebaixá-las ligeiramente, assim com baixar o passeio. Naquele valor constavam apenas algumas das passadeiras da Av. Luisa Todi e o restante estaria no plano global da reabilitação da Av. Luisa Todi.

Disse que tinha sido elaborado um plano que iria ser transformado em proposta para caderno de encargos, na construção de passadeiras em pedra. Tendo em conta que aquilo que se passava em Setúbal se passava no país inteiro, as passadeiras eram pintadas e três a quatro meses depois, como tinham um grande fluxo de trânsito, começavam a desaparecer. Na rotunda junto aos correios, de dois para três meses, as passadeiras quase desapareceram, tendo sido pintadas recentemente. Previam nas zonas onde houvesse um grande fluxo de trânsito fazer passadeiras em pedra que pudessem permitir que durassem anos a sua manutenção e continuar a pintar nos sítios onde tinha menos fluxo de trânsito.

O dinheiro que tinham no empréstimo não era suficiente para todo aquele trabalho no concelho. Não estariam a inventar nada, muitos outros municípios estariam a fazer aquele trabalho, porque a pintura das passadeiras ou era feita a cada três meses, caso contrário não seriam visíveis. Disse que já tinha havido um estudo feito pelos técnicos e em função disso iriam iniciar o trabalho que teriam de continuar por vários anos.

Relativamente aos buracos, disse que tiveram um hiato de tapagem de buracos resultantes das ruturas de água e de outras coisas. A empresa que trabalhava com a Águas do Sado tinha-se ido embora e não concluíra os trabalhos, deixando um acervo de buracos. Os Serviços Municipais contrataram uma empresa de imediato que começou por tapar buracos em Azeitão, concluindo o seu trabalho, depois fizeram uma consulta pública para tapar mais buracos, posteriormente fizeram uma terceira consulta que terá ficado deserta, posteriormente fizeram uma quarta consulta pública que se concretizou.

Entre a consulta deserta e outra consulta terá durado um mês e meio, no qual não se tapara um único buraco, obrigando a terem de contratar empresas por pequenos valores para taparem buracos. Era uma coisa muito complicada, visto que não existiam empresas muito interessadas naquele tipo de trabalho. Não era o mesmo que ter uma empreitada, num trabalho medido ao metro linear de lancil, ao metro quadrado de pavê ou ao metro quadrado de betuminoso, seria um trabalho de pequena equipa, mas que estaria permanentemente a fazer aquele tipo de trabalhos.

Disse terem uma empresa que pegara naquele trabalho, estando a trabalhar em todo o concelho. Poderia enviar para a oposição uma listagem completa desde que a empresa comesse a funcionar num trabalho efetuado em todo o concelho, no entanto, ainda iriam reforçar o trabalho daquela empresa, para que num prazo de 10/15 dias resolvessem o problema dos buracos, estabelecendo um período de consolidação, fazendo uma boa sinalização para proteger e depois fazer a respetiva intervenção. Referiu que, resolvidos os percalços de andamento, iriam fazer um concurso de grande dimensão para que pudessem estabilizar aquela situação, sendo que o problema passava por ter de haver empresas que pretendessem fazer aquele tipo de trabalho, não sendo fácil que alguém pretendesse pegar naquele trabalho.

Relativamente à rutura de água no Estádio do Bonfim, disse que se tratava da segunda rutura de grande dimensão no Estádio do Bonfim, sendo que a primeira rutura fora feita logo à entrada da adutora e da válvula principal, a qual foi detetada e resolvida. O problema que tinham no estádio do Bonfim passava pela quantidade de anos que a rede tinha, o mesmo número de anos que tinha o estádio do Bonfim, sobretudo a rede por debaixo do estádio, a rede de rega.

Tiveram de contratar uma empresa da especialidade que fazia uma peritagem integral de toda a rede do estádio do Bonfim. Admitiam a hipótese de ou eliminar aquela rede e criar uma nova ou decorrente dessa peritagem, verificar o que seria para manter e o que seria para anular. Tratava-se de uma rede muito envelhecida e de grande dimensão e sempre que surgiam ruturas a água ficava no subsolo e só era verificar-se pelos valores do contador.

Os Serviços Municipalizados detetaram um consumo anormal, falaram com o pessoal do Vitória Futebol Clube, foram verificar e iniciaram num conjunto de valas de abertura, com a preocupação de não ferir o estádio devido ao arranque da época desportiva, não podendo fazer uma intervenção de fundo no estádio. Não tinham dúvidas que se tratava de uma rutura no sistema de rega.

Os Serviços Municipalizados estariam a seccionar o sistema de abastecimento de água, no entanto, continuava a verter, haveria de surgir uma altura que saberiam exatamente o sítio da rutura e quando soubessem teriam de ver o momento da intervenção. A empresa contratada “Grupo Multe Assiste” iria fazer uma peritagem mais aprofundada, tendo sistemas próprios e tecnológico para fazer o que os Serviços Municipalizados não tinham e depois dessa peritagem iriam continuar a olhar para aquela rede de rega de uma forma distinta daquela que foi olhada até ao presente, que passava pela resolução momentânea do problema.

A rutura aconteceu em cima do início da época desportiva, tendo-lhes baralhado o esquema para que fizessem um trabalho de fundo, porque se tratava de um sistema antigo e não tinha sistemas de avaliação que permitissem seccionar a rega dos vários topos existentes, uma vez que se tratava de tubagem livre.

Referiu que o senhor Vereador Fernando José falou no rigor da informação do boletim camarário, obtendo uma resposta adequada, no entanto, gostaria de falar do rigor de outros, naquele caso concreto do rigor do Partido Socialista. O Partido Socialista decorrente de uma



informação que deu em reunião de Câmara sobre se o sistema de comunicação de leitura estaria a funcionar para os Serviços Municipalizados, à qual terá informado que o sistema IVR só iria funcionar no final do ano.

No entanto, o “post” feito pelo Partido Socialista era um “post” que mentia, uma vez que omitia. O “post” do PS dizia “*Serviços Municipalizados de Setúbal sem sistema de comunicação de leituras até final do ano*”, o que seria absolutamente falso, porque tinham para além da leitura presencial dos leitores a entrega da leitura das pessoas na loja dos Serviços Municipalizados, a leitura por estimativa, tinham ainda duas linhas de leitura via e-mail, via telefone “call center”.

Explicou que o sistema IVR não estaria a funcionar, porque a empresa dissera-lhes que não colocavam a funcionar em tempo útil e quando avançara para a contratação concluíram que se tratava de um valor exorbitante para contratar a componente da comunicação, razão pela qual decidiram apenas fazer aquando num concurso global, que mais tarde foi bastante mais barato. À comunicação não só presencial, não só de leitura, não só de estimativa, qualquer munícipe tinha acesso à comunicação da sua leitura via e-mail, via telefone “call center”, o IVR era utilizado por cerca de seis mil utentes, o que seria menos de 10% de todos os utentes dos Serviços Municipalizados. Significava que mais de 90% dos utilizadores tinham acesso a mecanismos de informação da sua leitura, significava que o “post” do Partido Socialista era mentiroso do ponto de vista em que fazia pressupor que não haveria nenhuma forma de acesso à leitura por parte dos seus utentes, o que seria falso.

Gostaria de deixar claro, porque já que se pedia rigor, que fossem também rigorosos quando informavam.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu os esclarecimentos do senhor Vereador Carlos Rabaçal.

Quanto à questão do rigor, se tivesse existido alguma falta de rigor no “post” do Partido Socialista era pago as expensas pelo Partido Socialista. Aquilo que falavam seria de um jornal municipal, que era pago pelo erário público, pago por todos. No campo político poderiam admitir a divergência de opinião na mensagem, já no jornal municipal isso não poderia acontecer, porque um jornal municipal não poderia ser utilizado para combate político-partidário, até por que no jornal municipal, os vereadores da oposição não tinham um espaço, nem sequer apareciam nas fotografias. A título de exemplo, referiu que nas marchas populares, os vereadores do Partido Socialista estiveram representados, assim como os vereadores do PSD, na Av. Luisa Todi, no entanto, as imagens que saíram tanto em jornal municipal, como em páginas do município, dizem apenas respeito a vereadores da CDU, bem como o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, como se a oposição não estivesse presente naqueles eventos. Tratava-se de uma forma de gerir e de olhar a ação em democracia com o qual estavam contra, porque entendiam que aquele executivo municipal era composto pelos vereadores da CDU/PCP e Verdes, mas também pelos Vereadores do PS e do PSD, que mereciam o mesmo respeito e a mesma consideração.

Para poupar à senhora Vereadora Rita Carvalho uma deslocação conjunta, iria deixar uma listagem de avenidas onde não se conseguia encontrar uma única passadeira pintada. Se a senhora vereadora quisesse poderiam ir já a seguir àquela reunião de câmara para confirmar aquilo que dizia: Avenida Rodrigues Manito, Avenida Mestre Lima de Freitas, estrada da Baixa de Palmela, freguesia de Azeitão nomeadamente em Brejos de Azeitão, Urbisado e Bairro do Liceu. Quando terminasse a reunião teria todo o gosto em passar por todas as passadeiras para a senhora Vereadora verificar que não tinham tinta, invisíveis a quem conduzia e um perigo para quem conduzia e para os peões.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que registara a atenção com que o executivo da CDU atribuía àquilo que eram as publicações dos Vereadores do Partido Socialista. Disse que tiveram a intervenção do senhor vereador Pedro Pina nesse sentido e também a intervenção do senhor Vereador Carlos Rabaçal, tendo deparado com a falta de algum rigor, uma vez que o “post” que o senhor Vereador Carlos Rabaçal se referia tinha um pequeno texto com dois

parágrafos que terminava com as seguintes frases: “O sistema de comunicação (das leituras) será apenas feito por via e-mail ou diretamente na app, uma vez que não foi assegurado em tempo útil de funcionamento do “call center”. Nada que não fosse verdade. “O município já lançara um concurso público que englobará a constituição do “call center””. Também nada que não fosse verdade. Se falavam de rigor, a falta de rigor estivera presente na intervenção do senhor Vereador Carlos Rabaçal.

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, o senhor Vereador Carlos Rabaçal convidara os Vereadores do Partido Socialista a deslocarem-se ao local e verificaram o respetivo telhado. O convite padecia de alguma falta de rigor, uma vez que a platibanda do edifício não permitia ver o telhado por parte de quem estava na rua, poderiam ir os dois e com um escadote talvez se conseguisse ver, mas através da fotografia aérea, através das ferramentas disponíveis online, verifica-se que era um telhado de duas águas a rosado, com uso, que nada estaria relacionado com o alarme que tinha sido criado há duas reuniões atrás e que hoje se tentou criar novamente.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Relativamente ao “post”, considerou de “chico-espertice” na política, a intervenção do senhor Vereador Fernando José, da qual percebera que o jornal municipal não poderia mentir, mas o Partido Socialista podia, porque era um partido, o que seria muito grave aquilo que o senhor Vereador tinha dito.

O “post” tinha nas letras pequenas, tal como se fazia na publicidade enganosa. A título grande referia “Serviços Municipalizados de Setúbal sem sistema de comunicação de leituras” e depois surgia em letras pequenas, que ninguém iria ler, constaria aquela coisa, era daqueles documentos normais de publicidade enganosa, já aprenderam fazer publicidade enganosa.

Disse que o preocupava muito que tivesse dito que sendo partidário poderiam mentir. Seria uma “chico-espertice” política, era preciso que ficasse registado para que todos pudessem saber.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a sua intervenção estaria relacionada com a Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, porque tinha sido referido que estariam a ser alarmista relativamente à questão do amianto. Oxalá os senhores tivessem razão. Na verdade, os trabalhadores daquela unidade de saúde estavam muito preocupados com o que ali se passou, tendo havido uma coincidência diabólica, pelo facto de um conjunto de profissionais de saúde terem problemas cancerígenos e sempre da mesma modalidade, que era algo que deveria ser verificado porque sabiam pelo contacto que tiveram com alguns profissionais de saúde, e como tinha sido dito pelo Doutor Fernando Negrão citando uma dessas pessoas, era necessário fazer uma análise à qualidade do ar para verificar o que se passava, não seria apenas com fotografias. A origem poderia não ser no telhado, poderia ser noutro equipamento, nas paredes ou no chão. A questão era que algo se passava e os trabalhadores estavam preocupados e ninguém estaria a inventar um problema que ninguém pretendia que existisse, no entanto, deixavam a menção.

Disse que também já não era a primeira vez que o PSD levantava uma questão, que era desvalorizada nesta Câmara e que, posteriormente, infelizmente verificavam terem razão, oxalá não fosse aquele o caso.

Pretendiam deixar aquela menção para que ficasse em ata.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Informou a senhora Vereadora Rita Carvalho, que já tinha ouvido da voz do seu líder da bancada, assumindo o compromisso, caso pretendesse naquele dia fazer a visita a alguns dos locais onde as passadeiras não foram pintadas e também algumas que pouca tinta tivera, mas que já tinha desaparecido.

Disse que gostaria de lançar um desafio, até, porque seria importante haver reciprocidade nos desafios que eram feitos, porque já duas vezes a sua bancada tinha feito pela sua pessoa o desafio ao senhor Presidente para que fizessem o percurso, desde o último prédio das Amoreiras até à Beira-Mar a pé, acompanhado com um carrinho de bebé (podendo garantir o carrinho e o bebé), para verificarem como se encontravam os passeios, os desnivelamentos



das passadeiras, os buracos nos lancis, os buracos das árvores que foram retiradas e cujos lancis não foram arrançados. Uma vez que iriam verificar as passadeiras aproveitavam e levaria toda a vereação para verificar in loco as outras situações.

Convidou o senhor Presidente para que passassem por uma rua, que nas viagens que tinha feito pelo mundo, só tinha encontrado algo parecido numa pequena localidade no Egipto, que era na Rua Nossa Senhora da Arrábida, na Reboreda, provavelmente a rua em pior estado no concelho de Setúbal, assim como convidada a verificar o estado de conservação da Rua dos Vidais, localizada nas traseiras da Escola Primária do Casal das Figueiras.

Disse que tinha considerado muito interessante os argumentos do senhor vereador Ricardo Oliveira que justificara a posição da CDU, em relação à intervenção do seu líder de bancada. Disse que gostaria de saber se tinha a mesma capacidade para defender a posição da CDU, quando os Vereadores do Partido Socialista e também do Partido Social Democrata estiveram no pavilhão Municipal da Manteigada a assistir ao grande certame, que seriam as marchas populares, em que o fotografo do município de Setúbal, sem com isso fazer uma critica direta ao fotografo, porque além de saber que era um bom fotógrafo fazia um bom trabalho, conseguira estar uma noite inteira a passar à frente dos vereadores e dos convidados do PSD tirando fotografias, sendo que muitas delas só constava nas publicações a presença dos elementos da CDU, pelo que questionou quais as ordens que tinham sido dadas ao fotógrafo.

Sr. Presidente – Referiu que foi longo o tempo do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia. Certamente teriam sido dadas respostas a um conjunto de questões levantadas pelos senhores Vereadores, no entanto, pretendia reportar-se a duas ou três questões, as quais se justificavam.

Informou o senhor Vereador Fernando Negrão e também o senhor vereador Paulo Calado que a avaliação e o relatório que tinha sido feito sobre o Centro de Saúde de São Filipe, quando o senhor Vereador colocara a questão, já tinham agendado fazer a avaliação, porque estava em curso um processo de transferência de responsabilidades na área da saúde da Administração Central para os Municípios, tratava-se de uma lei 2019 que muitos municípios não aceitaram a transferência, estando relacionada fundamentalmente com a recusa por parte dos municípios na assinatura dos autos, relativamente àquilo que era para transferir. Setúbal também foi um município que não aceitara ainda a transferência naquela componente. Como a avaliação da situação do Centro de Saúde de São Filipe que já tinha sido agendada quando senhor vereador levantara a questão, por essa razão, na reunião de Câmara seguinte, já tinha ocorrido a avaliação por parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal e o senhor Vereador Pedro Pina tinha-se referido aos resultados da avaliação.

Disse que não se tratava de uma competência da Câmara Municipal, a gestão do próprio edifício e o seu funcionamento. Conforme a avaliação feita pela Câmara não correspondia exatamente à avaliação que a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo tinha relativamente àquele equipamento. Supunha que aquela informação que o senhor Vereador Pedro Pina deu, dizendo que não havia problemas com as questões do ambiente, estaria relacionado com o facto de ter havido em tempos um encapsulamento das telhas de amianto, pelo que se tratava de uma medida de proteção. Aquela era a avaliação técnica a que o senhor Vereador certamente tivera acesso, conforme o relatório feito pelos serviços técnicos.

No entanto, e tendo em conta toda aquela informação, iria solicitar ao senhor Ministro da Saúde para fazer uma avaliação da qualidade do ar, uma avaliação ambiental, para se saber se existiam alguns vestígios no ar que as pessoas respirassem, sobretudo naqueles que passavam lá mais tempo, que eram os trabalhadores, para que pudesse ser identificado alguma situação de risco, uma vez que seria necessário que a situação ficasse devidamente clarificada. Não sendo o edifício da responsabilidade da Câmara Municipal não estaria prevista nenhuma intervenção e por isso justificava-se também, no âmbito do relatório da avaliação da situação do equipamento, que se fizesse essa avaliação para quando o equipamento fosse transferido para a Câmara Municipal a mesma pudesse receber um

equipamento que tivesse uma determinada avaliação, daí o pedido dirigido ao gabinete do senhor Ministro.

Referiu que o senhor Ministro era uma pessoa muito dinâmica e conversou consigo várias vezes no sentido de encontrarem um caminho para resolver o problema da assinatura dos autos. Informara o senhor Ministro que enquanto os serviços da Câmara Municipal verificassem que a avaliação que faziam não correspondia àquela que era a avaliação da ARS, a Câmara não poderia assinar os autos. Da parte da Câmara Municipal, como demonstraram, existia a disponibilidade para assumirem as suas responsabilidades e cumprirem a lei. Poderiam muitas vezes não concordar, tal como aconteceu com a educação nos termos em que foi feita, justificaram por que razão não concordariam, no entanto, cumpriam a lei. No caso da saúde, dezenas de municípios continuavam a não assinar os autos e as razões eram sempre as mesmas. Existiam situações caricatas que eram objeto anedótico das situações identificadas e que depois, quando se ia fazer a avaliação feita pelos municípios, nada correspondia à realidade.

Referiu que se iria dirigir ao gabinete do senhor Ministro no sentido de que fosse feita a medição da qualidade do ar, para verificar exatamente a situação e para que não houvesse dúvidas e iria fazer questão de dizer que era um dos pontos que contaria para a avaliação do município de Setúbal, relativamente àquele centro de saúde, quanto à questão da possibilidade de assinar o auto e da transferência daquele equipamento.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Felicitou o senhor Presidente pela sua decisão e disse ser bom trazerem os problemas e obterem respostas com decisões muito concretas e não ir para ali, limitando-se a dizer fazerem oposição sempre de forma alarmista. Depois havia sempre os que sabiam tudo e faziam a oposição correta, embora não se percebesse o que eles pretendiam da oposição que faziam.

Disse concordar em absoluto com a decisão do senhor Presidente, sendo importante para acalmar os profissionais que trabalhavam, porque mesmo que não existissem problemas de amianto, a perceção que as pessoas tinham era que eles existiam, e também para acautelar a Câmara Municipal quando fosse a transferência das competências.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que já seria tempo de deixar de utilizar a fórmula acusatória, de dizer que a CDU fez um empréstimo de longo prazo para comprar tintas para pintar passadeiras. O senhor vereador Carlos Rabaçal já tinha dado nota de que se tratava de um entendimento do executivo CDU, em construir passadeiras, sobretudo em zonas em maior frequência e onde a pintura tinha um desgaste maior.

A intervenção do Polis na Av. Luisa Todi foi feita há bastantes anos e as passadeiras precisavam de ser reformuladas, assim como do rebaixamento dos passeios e colocarem as passadeiras ao mesmo nível, trabalho que estaria a ser feito em todo o município. A intervenção em quatro mil passadeiras no município com o rebaixamento de passeios não se resolveria de um dia para o outro e também não de um ano para o outro. Caso os senhores Vereadores pretendessem ser sérios e estivessem atentos, verificariam que o município continuava diariamente a fazer o rebaixamento de passeios em passadeiras.

A Câmara Municipal de Setúbal já recebera vários galardões, pelo facto, de desenvolver projetos e programas que se relacionavam com a criação de acessibilidades para todos, no espaço urbano.

Disse perceber que o senhor Vereador Fernando José utilizasse a tática de repetir muitas vezes uma mentira, para ver se ela resultaria em verdade, o que não seria fácil, mas também sabiam que *“mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo”*, por essa razão aconselhava o senhor vereador a que não utilizasse mais a afirmação de que a CDU na Câmara Municipal contraíra um empréstimo para pintar passadeiras ou tal como o senhor referira *“A CDU fez um empréstimo para comprar tintas”*, expressão que demonstrava bem como o senhor Vereador fazia política. Tal como referira o senhor Vereador Carlos Rabaçal, mesmo os partidos políticos, na afirmação que faziam, *“não vale tudo”*.



Relativamente à questão das baratas, disse ser um problema que quase todos os anos acontecia naquela época do ano, estando relacionado com as alterações das temperaturas atmosféricas. A Câmara Municipal tinha um contrato com uma empresa da especialidade e naquela altura era chamada normalmente quando as populações se manifestavam para intervir diretamente em zonas identificadas, sendo que muitas dessas zonas já estavam identificadas ao longo dos anos. Disse estarem duas equipas da referida empresa em atuação no concelho, nos pontos mais críticos onde surgiam as baratas.

Quanto à questão dos bombeiros, informou o senhor Vereador, tal como fora informado, que tinha havido duas reuniões com a senhora Vice-Presidente, responsável pelos recursos humanos na Câmara Municipal, com dois sindicatos de bombeiros e que numa futura reunião a senhora Vice-Presidente daria conta da evolução das referidas reuniões. Disse que com a senhora Vice-Presidente tiveram uma reunião com os trabalhadores bombeiros no quartel dos bombeiros onde trataram abertamente com os trabalhadores bombeiros sobre as várias questões e os vários problemas que foram identificados. Acompanhavam aquelas situações e aquelas dificuldades, continuando a reconhecer o direito à greve e o respeito pelos trabalhadores que faziam greve.

Mas também era preciso que, no âmbito daquilo que a lei da greve estabelecia, que tudo fosse cumprido em conformidade, o que seria fundamental tanto da parte da administração garantir que isso acontecesse, como da parte do sindicato. Disse estar previsto avançar com uma nova recruta de Bombeiros Sapadores em 2024, sendo que terminou uma recruta em dezembro de 2022 e tendo em conta os bombeiros que iam saindo, haveria que garantir a manutenção do número de profissionais na companhia.

No entanto, tendo em conta algumas situações que eram do conhecimento dos senhores vereadores, entendiam que deveriam propor à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal a abertura de uma nova recruta já em 2023, antecipando um ano da recruta, estando a mesma relacionada com o facto de aos bombeiros profissionais terem direito ao pagamento de horas extraordinárias, tendo os trabalhadores direito a serem remunerados pelas horas de trabalho, cujo entendimento contrariava a lei nos termos em que ela existia.

A lei que tivera por base valores de justiça, tendo em conta o cálculo das remunerações que os bombeiros profissionais já tinham, no entendimento do executivo CDU, um trabalhador que laborasse mais de 35 horas deveria ser remunerado por isso.

Naquele entendimento, e considerando o que a lei estabelecia àquele propósito, não podendo pagar em horas extraordinárias, a melhor forma seria aumentar o número de trabalhadores para não ser necessário fazer horas extraordinárias. Aquela fora o resultado de uma reunião que tiveram com os bombeiros, pelo que iriam propor à câmara a alteração do quadro de pessoal, permitindo o lançamento de uma nova recruta de Bombeiros Sapadores para ultrapassar aquela situação. Disse que não eram alheios àquilo que eram os problemas que afetavam os trabalhadores da Câmara Municipal nos vários domínios, em particular, os bombeiros.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que registara uma alteração que não era naquela reunião, na retórica do executivo, no que respeitava às passadeiras no concelho de Setúbal. Considerando o rigor necessário que senhor vereador Carlos Rabaçal lhes pedira, pretendia chamar a atenção da câmara municipal para a ata n.º 19/2022, da reunião de Câmara que ocorrera no dia 21 de setembro de 2022, onde na discussão da proposta de empréstimo de 500 mil euros para as passadeiras, dizia o senhor vereador Carlos Rabaçal: *“Disse que sobre essa matéria queria dizer que achava que, de facto, a pintura de passadeiras fazia parte da manutenção corrente, naquele momento, tinha sido identificada a necessidade de uma intervenção mais musculada para resolver problemas que se tinham acumulado, portanto, nesse sentido esta intervenção musculada permitiria rapidamente fazer isso, não vi qual era a incompatibilidade de fazer um empréstimo, que depois se iria fazer essa intervenção, continuar o trabalho de manutenção corrente através das contas correntes da Câmara”*. Não percebia qual seria a dificuldade de assumir que os 500 mil euros seriam para pintar passadeiras.

Disse que na ata n.º 22/2022, da reunião de 26 de outubro, o senhor Presidente, na resposta à intervenção do município, disse: *“Relativamente à questão das passadeiras sabiam que era um problema praticamente em todo o concelho, de facto tinha sido um lapso, para terem as passadeiras a tempo e horas era necessário lançar um concurso com um ano de antecedência, porque um concurso com aquelas dimensões em termos de valor, cujas reclamações levavam um ano e meio para entrar em obra, já assumiram que não tinha sido feito esse concurso e agora estavam confrontados com aquela situação. Aprovaram em reunião de câmara um empréstimo para terem condições e esperava que, a partir de fevereiro/março, lançar esse concurso para terem passadeiras e criar na própria Câmara Municipal um sistema para que se fosse fazendo a manutenção das passadeiras, para não se chegar ao ponto a que chegaram”*.

Disse que as atas das reuniões de Câmara eram clarinhas como a água, aquilo que expressavam e transcreviam, apesar de não estarem em discurso direto, que pessoalmente achava que deveriam estar. As atas das reuniões de câmara, quer a ata n.º 19/2022, de reunião de câmara de dia 21 de setembro de 2022, quer a ata n.º 22/2022, da reunião de câmara de dia 26 de outubro de 2022, eram clarinhas naquilo a que se referia ao objetivo primordial do empréstimo que tinha sido feito.

O objetivo primordial dos 500 mil euros que fora nas palavras do senhor vereador Carlos Rabaçal, no dia 21 de setembro, quando aprovaram empréstimo e nas palavras do senhor Presidente no dia 26 de outubro, em resposta a uma munícipe, *“criar condições que são necessárias”*, porque a manutenção corrente não tinha sido feita durante muitos anos, sendo que o objetivo do empréstimo passavam por criarem condições para voltarem a ter passadeiras que fossem visíveis e que tivessem as condições de segurança necessárias, quer para os peões que as atravessavam, quer para quem circulava na via.

Não percebia qual seria a dificuldade do executivo em continuar a assumir que o empréstimo feito, para além da intervenção que pudesse ser feita de alteração da forma como as passadeiras eram construídas e da sua reconstrução, mas mantendo as afirmações que ali foram feitas e das quais assumiram, agora pretendiam dar o dito por não dito, o que lamentava, que aquele financiamento tinha como objetivo primordial pintar as passadeiras que não estavam visíveis, fazer a intervenção de manutenção que não foi feita ao longo de anos.

Tudo aquilo estava expresso nas atas, estava clarinho como água e estaria certamente nas gravações das reuniões, era uma falta de rigor de estarem permanentemente a discutir se as passadeiras de acordo com o empréstimo seriam ou não para pintar ou seria para construir as passadeiras de uma forma, sendo que na realidade o dinheiro já não chegava e as mesmas já não foram pintadas e continuariam sem pintura por aquela ordem de ideias.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tratava de uma manipulação do texto. Decidiram avançar com aquele empréstimo para fazer exatamente aquilo que acabou de referir, que seria tratar de pintar passadeiras, mas, sobretudo, criar passadeiras perenes. Foi uma decisão anterior ao empréstimo e foram questionados na reunião se fazia sentido um empréstimo para pintar passadeiras. Não via nenhum problema de pintar passadeiras com empréstimo. O senhor Vereador retirou do contexto e terá dito que na sua intervenção referiu que o empréstimo seria apenas para pintar passadeiras, quando na realidade nunca dissera uma coisa dessas. Aquilo que o executivo decidira desde o início, seria fazer aquilo que naquele momento estariam a preparar e tinham uma equipa técnica há muitos meses a trabalhar naquilo. Não se tratava de conversa mole, estando a retirar do contexto respostas a questões colocadas. Lembrou que na reunião tinha sido colocado sucessivamente um empréstimo para pintar e não haveria contradição em que fosse feita a pintura. O senhor Vereador transformara no absolutismo da pintura, o que seria uma manipulação completa da resposta que foi dada.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que naquela bancada não existiam nem mentirosos, nem coxos, mas existiam vereadores do Partido Socialista que faziam intervenções de forma

séria, com afirmações que resultavam de informação prestada pelos vereadores com pelouros em reunião de câmara. Na reunião do dia 21 de setembro, referira o senhor vereador Carlos Rabaçal: *“Tinha sido ali levantada a questão e a necessidade de se fazer as pinturas, porque havia passadeiras que estavam desaparecidas, que era importante e estavam de acordo com isso”*.

Às questões que foram levantadas, o senhor Vereador Carlos Rabaçal estaria de acordo com aquilo, por estarem de acordo, por haver aquela urgência e por ser necessário um investimento forte e imediato, que se iria recorrer a um empréstimo. Na sequência desse processo iriam continuar a fazer a manutenção. Seria fácil de perceber o que se iria pretender com tudo aquilo, não se tratava de ao longo de 20 anos recorrer a um empréstimo para irem fazendo pinturas de passadeiras, mas sim, executar a pintura das passadeiras que estavam desaparecidas. Estava claro que nem água, foi da resposta que o senhor Vereador na altura dera.

Referiu que a sua bancada já percebera que seriam feitas outras intervenções, mas o senhor vereador Carlos Rabaçal e o senhor Presidente não poderiam estar a dizer que aquele empréstimo não contemplaria a aquisição de tinta para a pintura de passadeiras.

Intervenções inaudíveis

Sr. Presidente – Disse que ficaria claro que o senhor vereador não usou a verdade para dizer que a CDU na Câmara Municipal pedira um empréstimo a 20 anos para comprar tinta para pintar passadeiras, o que não seria verdade. O senhor Vereador lia metade da ata e o resto era aquilo que o senhor Vereador apetecia-lhe dizer. O senhor Vereador, quando falava, alargava-se na dimensão daquilo que dizia, uma vez que dizia percorrer o concelho todo e não encontrava nenhuma passadeira pintada. Tinha sido dito várias vezes que a Câmara Municipal fez um concurso e que pintara 250 passadeiras, com prioridade na envolvente das escolas do concelho.

Além disso, tinha sobrado dinheiro para pintar mais cerca de 80 passadeiras, para além das que foram pintadas em volta das escolas. Agradecera em nome da verdade e daquilo que era a sua responsabilidade perante quem os elegera, de não dizerem mentiras. Ficou claro ali e iria ser demonstrado dentro de pouco tempo que um conjunto significativo de passadeiras iriam ser construídas, independentemente de também poderem ter pinturas com passeios rebaixados e com materiais próprios.

As passadeiras do Polis foram executadas em 2008/2009 e que no caso da Avenida Luísa Todi iriam ser substituídas, o empréstimo foi para construir passadeiras, independentemente de na construção das passadeiras, conforme o modelo técnico que os serviços camarários elaboraram, não significaria que não constasse pinturas. Dizer que pediram um empréstimo de médio e longo prazo para comprar tintas para pintar passadeiras não seria verdade, porque o empréstimo nem sequer tinha sido utilizado caso fosse verificar, sendo iniciado quando comesçassem a obra na Av. Luisa Todi.

Disse que iriam iniciar no segundo ponto do período antes da ordem do dia com a apresentação de saudações e outros.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu as seguintes saudações conforme documentos anexos, registados sob os n.ºs 24 e 25.

“Saudação

106.º aniversário da União Futebol Comércio e Indústria

A União Futebol Comércio e Indústria é saudada pelo seu 106.º aniversário, reconhecendo o esforço, dedicação e entrega do clube ao longo destes mais de cem anos de atividade. O seu papel tem sido fundamental na promoção da cultura desportiva e atividade recreativa, deixando uma marca indelével na cidade.



Desde a sua fundação, a União Futebol Comércio e Indústria tem sido um exemplo de compromisso e paixão pelo desporto. Através do empenho dos seus membros, o clube tem desenvolvido uma história de sucesso, colecionando momentos memoráveis e conquistas que enchem Setúbal de orgulho.

Ao longo dos anos, a União Futebol Comércio e Indústria tem sido um ponto de encontro para desportistas de todas as idades, proporcionando oportunidades de prática desportiva e momentos de convívio. O clube tem sido um verdadeiro motor de desenvolvimento e promoção do desporto, cultivando os valores fundamentais do fair play, trabalho em equipa e superação pessoal.

A sua participação ativa em competições desportivas locais, regionais e nacionais tem sido notável, demonstrando a competência e o talento dos seus atletas, equipas técnicas e dirigentes. Além disso, a União Futebol Comércio e Indústria tem desempenhado um papel importante na formação de jovens talentos, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento desportivo da região.

Neste momento de celebração, é importante reconhecer o legado deixado pela União Futebol Comércio e Indústria. O seu compromisso com o desporto e a dedicação em proporcionar momentos de alegria e competição são dignos de louvor. Que estes mais de cem anos de história sejam um estímulo para continuar a promover o desporto, fortalecendo os laços da comunidade e inspirando gerações futuras. Que continuem a escrever uma história de sucesso, sempre com o espírito desportivo e a paixão que os caracterizam.”

“Saudação Marchas Populares de Setúbal 2023

A União Desportiva e Recreativa das Pontes, o Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau, o Grupo Desportivo O Independente, a União Cultural Recreativa e Desportiva Praiense, o Núcleo de Bicross de Setúbal e o Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” são saudados pela sua brilhante participação nas marchas populares de Setúbal. Demonstraram novamente todo o seu empenho, dedicação e talento ao marchar com garra e entusiasmo nesta tão emblemática tradição.

Os setubalenses têm um apreço especial por esta tradição cultural e festiva, que enche as ruas da cidade de cor, música e alegria. A participação das seis marchas mencionadas fortaleceu ainda mais os laços entre a comunidade, realçando a diversidade, a criatividade e o espírito coletivo que caracterizam Setúbal.

Além das seis marchas que brilharam no concurso, é de mencionar a presença da tão estimada marcha honorária da APPACDM, que emocionou e encantou todos os presentes. Esta marcha representa a inclusão e a união, transmitindo uma mensagem de valorização e respeito por todos os indivíduos.

A participação destas associações e grupos desportivos nas marchas populares de Setúbal é um exemplo vivo da riqueza cultural e da vitalidade da cidade. O empenho e o trabalho árduo de todos os envolvidos são merecedores de aplausos e reconhecimento.

Agradecemos a cada um dos participantes pela dedicação e pela entrega em tornar este evento tão especial. Que a vossa paixão e espírito de equipa continuem a inspirar as futuras gerações, fortalecendo os laços comunitários e enriquecendo a tradição das marchas populares de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Calado – Leu as seguintes saudações conforme documentos anexos, registados sob os n.ºs 26 e 27:



**“Saudação
Aniversário Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau**

É com imenso orgulho e alegria que saudamos a 11 de junho o aniversário do nosso estimado Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau. Neste momento especial, é importante realçar as conquistas e o talento que temos testemunhado ao longo dos anos. Em particular, na edição de 2022 das Marchas Populares de Setúbal, onde os mesmos foram agraciados com o primeiro lugar, uma vitória que enche os corações dos setubalenses de regozijo e êxtase.

Essa conquista é o resultado de um trabalho árduo, dedicação e paixão por preservar as tradições populares e culturais do Bairro Santos Nicolau. Destacamos ainda os prémios de melhor cenografia, figurino e música, que demonstram a excelência e o esmero que dedicamos a cada detalhe da participação.

Além das Marchas Populares, o Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau tem desempenhado um papel fundamental na promoção de atividades culturais e de convívio. Nos últimos anos, os eventos têm fortalecido os laços comunitários, promovendo o espírito de união e de pertença.

Que este novo ano seja repleto de novas oportunidades, inspiração e realizações. Que continuem a brilhar como uma referência cultural em Setúbal, preservando as nossas tradições e enriquecendo a vida da nossa comunidade.”

**“Saudação
Aniversário da Associação de Moradores do Casal das Figueiras**

No passado dia 1 de julho, a Associação de Moradores do Casal das Figueiras celebrou o seu 48.º aniversário. Destacando-se como um importante ator na dinamização cultural e recreativa do concelho de Setúbal, em especial do bairro onde se insere, ao longo dos anos a associação tem promovido uma série de atividades que visam o bem-estar da comunidade, unindo os moradores em momentos de convívio e diversão.

Através das diversas iniciativas organizadas, a Associação de Moradores do Casal das Figueiras tem contribuído para fortalecer os laços entre os residentes, criando um sentido de pertença e solidariedade. O empenho e dedicação dos membros desta associação são evidentes na forma como têm conseguido proporcionar momentos de alegria e entretenimento para todas as faixas etárias.

As atividades culturais e recreativas promovidas pela associação são fundamentais para a vida comunitária, enriquecendo o quotidiano dos moradores e promovendo a inclusão social. Neste momento de celebração, é importante reconhecer o trabalho incansável da Associação de Moradores do Casal das Figueiras em prol da comunidade. A sua dedicação em proporcionar momentos de lazer e entretenimento é essencial para fortalecer os laços comunitários e melhorar a qualidade de vida dos residentes.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu as seguintes saudações conforme documentos anexos, registados sob os n.ºs 28 a 41.

**“Saudação
Aniversário do União Futebol Comércio Indústria**

O centenário clube União Futebol Comércio Indústria assinalou, no dia 24 de junho, o seu 106.º aniversário.

Fundado em 1917, inicialmente com o nome de União Futebol dos Empregados do Comércio e Indústria, o clube tem mantido ao longo da sua história a dinamização de diversas modalidades, em especial o futebol de formação.

Celebra 106 anos de atividade e contributos para o desenvolvimento desportivo do concelho, tendo, através das suas diversas conquistas e títulos regionais e nacionais, contribuindo para o enaltecimento e dignificação do bom nome da cidade de Setúbal.

Reconhecendo toda a atividade desenvolvida pelo clube, bem como a importância do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios onde se insere, trabalhando em prol da comunidade, promovendo o bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o União Futebol Comércio Indústria, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário do Clube Recreativo Palhavã**

O Clube Recreativo Palhavã assinalou, no dia 22 de junho, o seu 85.º aniversário. Fundado em 1938 e sediado numa área típica da cidade, o Clube tem desenvolvido uma importante atividade, a qual contribui não só para a dinamização da freguesia onde se insere, mas também de todo o concelho.

O movimento associativo desempenha um trabalho fundamental enquanto parceiro indispensável do poder local, para o desenvolvimento cultural, desportivo e social dos territórios onde se insere, preservação da entidade cultural e tradições e promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Desta forma, reconhecendo toda a atividade desenvolvida pela coletividade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Recreativo Palhavã, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da Associação de Atletismo Lebres do Sado**

Fundada em 1998, a Associação de Atletismo Lebres do Sado celebrou o seu 25.º aniversário, no dia 30 de junho.

A associação sem fins-lucrativos, foi criada com o objetivo de promover e incentivar a cultura, o recreio e a prática desportiva. Desenvolve e participa em eventos de âmbito desportivo, tanto de cariz competitivo como recreativo. Nas atividades que organiza, toma especial atenção ao elo entre o desporto, a cultura, a tradição e a natureza, como são exemplo os eventos “Arrábida ao Amanhecer”, “Marcha dos Três Castelos”, “Caminhada dos Reis” e “Caminha das Festas de São Pedro de Alcube da Aldeia Grande”, nas quais toda a população é convidada a participar.

Para além destas atividades, oferece à população as modalidades de atletismo, pedestrianismo, B.T.T. e orientação.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo o importante papel do movimento associativo para o desenvolvimento cultural, desportivo e social dos territórios onde se insere, como parceiro fundamental do poder local, saúdam e felicitam a Associação de Atletismo Lebres do Sado, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário do Grupo Desportivo Da Fonte Nova**

Fundado em 1988, o Grupo Desportivo Da Fonte Nova assinalou, no dia 1 de julho, o seu 35.º aniversário.

Celebra 35 anos enquanto uma das coletividades do movimento associativo setubalense, que tem contribuído, através da sua atividade, para a dinamização cultural e desportiva do concelho de Setúbal.



Desenvolvendo um trabalho em prol da comunidade, a coletividade constitui-se enquanto um importante parceiro do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo Da Fonte Nova, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação de Moradores do Casal das Figueiras

A Associação de Moradores do Casal das Figueiras assinalou, no dia 1 de julho, o seu 48.º aniversário.

Fundada em 1975, celebra 48 anos de importante trabalho desenvolvido em prol da comunidade, na dinamização cultural no concelho de Setúbal e em especial na freguesia e bairro onde se insere.

Enquanto membro do movimento associativo setubalense desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, bem como no desenvolvimento do concelho, em parceria com outras entidades e instituições, tal como com o poder local.

As associações de moradores são instrumentos nas quais os moradores se tornam, de forma organizada e com objetivos em comum, agentes de transformação dos seus bairros, devendo a sua existência ser valorizada, incentivada e apoiada.

Neste sentido, reconhecendo a atividade desenvolvida até então, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Moradores do Casal das Figueiras, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Saudação

Aniversário do Grupo 206 – Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal

O Grupo 206 – Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal celebrou, no dia 23 de junho, o seu 22.º aniversário.

Este, que é um dos três grupos no concelho de Setúbal representantes do escotismo interconfessional e plural, tal como foi concebido pelo fundador do Movimento Escotista, Baden-Powell, desenvolve a sua atividade na área da Freguesia de São Sebastião, com especial foco para o Bairro da Bela Vista.

Promove a prática sã do escotismo, tendo como objetivo educar através dos valores da Igualdade, Tolerância, Responsabilidade e Liberdade, na ótica da participação cívica e cidadania ativa, para a construção da Paz no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Desta forma, o Grupo 206 desempenha um importante papel social na área onde se encontra inserido, papel esse que vai muito para além daquele que é normalmente reconhecido aos escoteiros.

É de salientar a resiliência de todos os elementos que integram o Grupo, com destaque para a Chefia do mesmo, com um especial destaque para o Chefe de Grupo, Rúben, verdadeira pedra basilar deste Grupo escotista.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pelo Grupo 206 em prol da comunidade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam todos aqueles e aquelas que o integram, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação Movimentando a Arte da Capoeira

Fundada em 2005, a Associação Movimentando a Arte da Capoeira celebrou o seu 18.º aniversário, no dia 23 de junho.

A associação sem fins-lucrativos, assinalou 18 anos de contributos para o desenvolvimento da arte da capoeira no concelho de Setúbal, através da oferta de aulas, tendo como principal objetivo a divulgação da cultura brasileira e da capoeira enquanto ferramenta de educação e inclusão social.

Desempenha um importante papel na promoção da inclusão e da diversidade cultural, contribuindo de forma inestimável para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, através do trabalho que desenvolve em prol da comunidade, com especial impacto junto das crianças e jovens.

Neste sentido, e reconhecendo o importante papel do movimento associativo como parceiro indispensável do poder local para o desenvolvimento dos territórios onde se insere, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Movimentando a Arte da Capoeira, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário da Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos”**

Fundada em 1994, a Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos” assinalou o seu 29º aniversário, no dia 22 de junho.

Celebra 29 anos de atividade e contributos para o desenvolvimento cultural, desportivo e social do concelho e em especial da freguesia de São Sebastião, onde se insere. A Associação tem desempenhado um importante papel naquilo que é a promoção cultural e desportiva junto das crianças e jovens setubalenses, bem como das suas famílias, em particular junto daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e carência.

A ocupação destas crianças e jovens, através da dinamização de atividades desportivas, tal como o futebol e o atletismo, como também de atividades de âmbito cultural, é um importante contributo para o seu desenvolvimento global, pois oferece-lhes oportunidades de ganhar e desenvolver capacidades e competências.

Reconhecendo o movimento associativo enquanto parceiro fundamental do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, como também para o desenvolvimento dos territórios onde se insere, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos”, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Aniversário do Clube de Patinagem do Sado**

Criado com o objetivo de suprir a necessidade identificada por atletas, pais e treinadora, de preservar e promover a prática da patinagem artística no concelho de Setúbal, o Clube de Patinagem celebrou o seu 19.º aniversário, no dia 1 de julho.

Desde a sua fundação em 2004, este clube tem vindo a promover a prática da patinagem artística e a desenvolver esta modalidade no concelho, tendo por base os valores basilares do convívio e da amizade.

Cativando ao longo dos anos várias gerações, a oferta desportiva de base formativa que o Clube de Patinagem disponibiliza à comunidade, tem um importante impacto juntos dos mais jovens, constituindo-se enquanto um importante contributo para o desenvolvimento das suas capacidades físicas, motoras, cognitivas e sociais.

Não sendo estranho aos pódios das grandes competições a nível nacional e internacional, em 2023, o clube apurou-se para o Campeonato da Europa de Show e Precisão, no qual participou em maio, após conquistar o 3.º lugar no Campeonato Nacional.

Reconhecendo toda a atividade desenvolvida, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Patinagem do Sado, bem como todos aqueles e aquela que tornam possível a sua existência, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Pedro Afonso – Bicampeão Nacional**

O jovem atleta do Vitória Futebol Clube Pedro Afonso, sagrou-se no fim-de-semana bicampeão nacional de velocidade nas distâncias de 100 e 200 metros na 74.ª edição dos Campeonatos Nacionais de Sub-18, que decorreu na Pista da Sobreda da Caparica, em Almada e no qual estiveram inscritos 548 atletas em representação de 121 clubes. Para além desta conquista, Pedro Afonso viu confirmada a sua ida à seleção nacional portuguesa no escalão sub-18, onde participará de 23 a 29 de julho, em Maribor, na Eslovénia, no Festival Olímpico da Juventude Europeia. O atleta terá também a oportunidade de participar no Meeting Internacional da Cidade da Maia, que se irá realizar no dia 8 de julho. Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o atleta, treinador e clube pela conquista e objetivos alcançados, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
João Cruz conquista 3.º lugar na final da Taça do Mundo de Patinagem Livre**

O jovem atleta setubalense João Cruz participou na final Taça do Mundo de Patinagem Livre, que se realizou entre 12 e 18 de junho, em San Juan, na Argentina. João Cruz, atleta do Artwheels Clube de Patinagem do Sul, garantiu a passagem à final desta competição após ficar em terceiro na primeira semifinal, a qual se realizou em Trieste, Itália. Já em San Juan, na Argentina, o jovem conquistou igualmente o terceiro lugar do pódio, numa das competições mais relevantes da modalidade, a Taça do Mundo de Patinagem Livre. Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam João Cruz, o clube e toda a equipa técnica pela conquista e objetivos alcançados, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Vítor Silva conquista Campeonato Nacional da 3.ª Divisão de Pesca em Barco Fundeado**

Vítor Silva, atleta do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, sagrou-se Campeão Nacional da 3.ª Divisão de Pesca em Barco Fundeado. A prova, que se realizou no dia 25 de junho, em Sesimbra, contou com a participação dos campeões de cada uma das zonas. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Vítor Silva e o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pela prestação e resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Equipa de Infantis do União Futebol Comércio Indústria Campeã do Pitea Summer Games**

A equipa de infantis do União Futebol Comércio Indústria sagrou-se campeã da edição de 2023 do Pitea Summer Games, ao vencer a final do torneio, o qual se realizou entre 30 de junho e 2 de julho. O União Futebol Comércio Indústria representou, mais uma vez, Setúbal no Pitea Summer Games, competição que se realiza desde 1990, sendo atualmente o segundo maior torneio de futebol na Suécia, e o quinto maior no mundo. Estão de parabéns os atletas, treinadores e equipa técnica que representaram, neste torneio internacional, o seu clube e o concelho.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam e saúdam os atletas, treinadores, equipa técnica e o clube pela sua prestação, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

**“Saudação
Equipa de Sub16 de Andebol do Vitória FC conquista Torneio Complementar**

A equipa de sub16 de andebol do Vitória Futebol Clube venceu, inequivocamente, o Torneio Complementar com 12 vitórias em 12 jogos.

Apesar da equipa não ter sido apurada para a fase nacional, os atletas deram o seu melhor e através do seu árduo trabalho saíram vitoriosos deste torneio.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas, equipa técnica e o clube pela sua prestação e resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Sra. Vereadora Graciete Vasco – Leu a seguinte saudação conforme documento anexo, registado sob o n.º 42:

**“Saudação
Marchas Populares de Setúbal 2023**

Realizaram-se, nos dias 17 de 24 de julho, as Marchas Populares de Setúbal 2023, com a participação de apenas 6 coletividades a concurso e 1 extraconcurso.

Longe vão os tempos em que o número de participantes ultrapassava largamente a meia dúzia, tendo vindo esse número a decrescer ao longo dos últimos anos, por vários motivos, inclusive, e segundo o referido pelos próprios, pela escassez de apoios, naquilo que tem sido uma verdadeira cultura de desvalorização deste certame.

Este ano, a União Desportiva e Recreativa das Pontes logrou sagrar-se vencedora das Marchas Populares de Setúbal, algo que nunca tinha alcançado, apesar de já por cinco vezes ter ficado em segundo lugar na classificação, tendo também vencido o prémio de melhor madrinha, atribuído a Joana Lança, melhor coreografia, melhor cenografia, melhor figurino, melhor música, e prémio desfile, não tendo vencido apenas o prémio de melhor letra, atribuído honrosamente ao Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau.

É de destacar o trabalho árduo, realizado ao longo de meses, pelas coletividades e associações, nomeadamente, o Grupo Desportivo O Independente, o Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau, a União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense, o Núcleo de Bicross de Setúbal e o Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”, não esquecendo a importante participação da APPACDM, com a sua marcha extraconcurso.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam todas as coletividades e associações participantes, bem como todos os trabalhadores do Município que contribuíram para a realização de mais uma edição deste certame, que é parte da entidade cultural setubalense.”

Sr. Presidente – Leu a seguinte saudação conforme documento anexo, registado sob o n.º 43:

**“Saudação
Vitor Silva**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o atleta Vítor Silva, do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, pela conquista do título de campeão nacional da 3.ª Divisão da época de 2022, que terminou agora, de Pesca em Barco Fundeado.

A conquista do título ficou definida na Final em Sesimbra com a participação dos campeões de cada uma das zonas.



Pela conquista deste título e por todas as conquistas anteriores que enaltecem o bom nome da cidade e do clube que Vítor Silva representa, a Câmara de Setúbal endereça ao atleta os mais sinceros parabéns.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu o seguinte voto de pesar conforme documento anexo, registado sob o n.º 44:

**“Voto de Pesar
Falecimento de Luís Aleluia**

Na noite do passado dia 23 de junho, fomos abalados pela triste notícia de que Luís Aleluia, ator setubalense, faleceu aos 63 anos.

Nasceu em Setúbal, a 23 de fevereiro de 1960, e desde a sua infância que o teatro desempenhou um papel importante na sua vida. Foi na Casa Gaiato de Setúbal, onde viveu durante 7 anos, que subiu ao palco pela primeira vez, tendo passado ainda muito jovem, por vários grupos de teatro amador até se profissionalizar, a convite de Carlos César, na Companhia de Teatro de Animação de Setúbal.

Apesar da sua paixão pelo teatro, foi através da televisão, que Luís Aleluia chegou à casa de todos os portugueses, em produções como As Lições do Tonecas, Bem-Vindos a Beirais, Duarte e Companhia, Os Malucos do Riso, A Mulher do Senhor Ministro, Praça da Alegria, Os Homens de Segurança, Sétimo Direito, O Cacilheiro do Amor, Alves dos Reis e O Processo dos Távoras.

Ainda enquanto autor, encenador e produtor, estreou-se no Parque Mayer com Há!... Mas são verdes. Ao longo dos anos, participou em diversas produções teatrais enquanto ator, tais como, Quem me acaba o resto? O Bem Tramado, Vamos contar mentiras, O Vison Voador, Por favor, matem a minha mulher, Piaf! A Curva da Felicidade e Partitura Inacabada.

Mais recentemente, no passado dia 12 de junho, Luís Aleluia desfilou com a Marcha do Bairro Alto, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, e foi padrinho da Marcha Infantil da Misericórdia.

Subiu aos palcos pela última vez em Setúbal, em maio deste ano, enquanto protagonista na produção Que Bonito Serviço, no Fórum Municipal Luísa Todí.

Com 40 anos de carreira, ligados ao humor e aos palcos de teatros nacionais, o falecimento de Luís Aleluia deixa a cultura mais pobre.

Setúbal e o país não esquecerão o Homem, o Ator, o exemplo de profissionalismo, de solidariedade, de humildade e seriedade, que deu o melhor de si aos outros, não só nos palcos e nos ecrãs, mas também através da atividade que desenvolvia na Casa do Artista.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências.”

Sr. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar conforme documento anexo, registado sob o n.º 45:

**“VOTO DE PESAR
Luís Aleluia**

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento do ator Luís Aleluia que assumiu um papel relevante no setor da Cultura no concelho e no país.

Cedo se interessou pelas artes performativas tendo colaborado em diversos grupos de teatro amador até ingressar na companhia Teatro Animação de Setúbal, onde se profissionalizou.

Ator com diversas intervenções em teatro e televisão, ganhou grande popularidade com a interpretação de “Menino Tonecas”, na série da RTP as “Lições do Tonecas”.

Participou em múltiplas encenações produzidas por companhias teatrais de itinerância onde teve a oportunidade de trabalhar com diversos atores que considerou importantes para o complemento da sua formação profissional, até criar a empresa CARTAZ – Produção de



Espetáculos, que desde 1991 tem desenvolvido importante trabalho de descentralização teatral, tanto em Portugal como na Europa, Canadá e Estados Unidos da América junto das comunidades portuguesas aí radicadas.

Premiado com várias distinções pela sua atividade de ator, Luís Aleluia foi também autor, encenador e produtor de espetáculos.

Com o seu desaparecimento, a cultura da nossa cidade e do país ficam mais pobres.

Luís Aleluia foi, desde sempre, além de ator de grandes qualidades, um homem solidário e sempre disposto, pelo seu caráter altruísta, a ajudar os outros, em particular aqueles que mais necessitam na comunidade setubalense.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada e aos amigos sentidos pêsames. Solicita-se à comissão municipal de toponímia a consideração do nome de Luís Aleluia na toponímia da cidade.”

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que nunca imaginariam que Luísa Aleluia suscitasse 2, 3, 4 ou 5 votos de pesar pela sua morte. Luís Aleluia merecia um só voto, com a unanimidade e a mesma opinião de todos. Quando viram o voto apresentado pelo senhor Presidente da Câmara decidiram não fazer nenhum voto de pesar, precisamente por essa razão.

Disse que Luís Aleluia era um homem que cativava pela sua afetividade, era um homem muito marcado pela vida que não lhe tinha sido fácil, mas conseguira impor-se tal qual constava nos dois votos lidos. Por essa razão se associavam ao voto de pesar do senhor Presidente.

Sr. Presidente – Propôs um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que face à questão apresentada pelo senhor Vereador Fernando Negrão, na última reunião privada que tiveram com o Chefe de Gabinete e também com o Vereador Pedro Pina, os Vereadores do Partido Socialista tiveram a oportunidade de dizer que entendiam, no que se referia aos votos de pesar, uma vez que o gabinete recebia esses votos de pesar que poderia receber do PS ou do PSD e do próprio Presidente de Câmara, que os mesmos fossem transformados num só voto de pesar. Isso caberia ao gabinete de apoio, porque não tinham a capacidade de verificar o número de votos que pudessem surgir. A questão que se colocava seria a de quando existisse mais do que um voto de pesar que ele fosse transformado apenas num só voto de pesar. O mesmo não teria sido possível por uma questão de período de férias ou por uma questão operacional, mas da parte do Partido Socialista existia toda essa disponibilidade para existir, apenas um voto de pesar da Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Vereador Fernando José e disse que certamente iriam fazê-lo em outros momentos.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 04/2023 - Reunião ordinária de 16 de fevereiro de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 05/2023 - Reunião ordinária de 01 de março de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Deliberação n.º 811/2023 – Proposta n.º 03/2023 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela Empresa SOPAC - Sociedade Produtora de Adubos Compostos, S.A.

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 812/2023 – Proposta n.º 03/2023 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 813/2023 – Proposta n.º 04/2023 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festanima

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 814/2023 – Proposta n.º 393/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 56, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 815/2023 – Proposta n.º 394/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 57, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



8. Deliberação n.º 816/2023 – Proposta n.º 395/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Justificação notarial de prédio urbano, sito em Estrada da Algodeia, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 a 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 817/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DOM/DIHAB – Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade – Protocolo de Colaboração com Associação Garrbage

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 e 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 818/2023 – Proposta n.º 109/2023 – DCDJ/DISOC – Ateliers de Verão 2023 - Apoios financeiros

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 819/2023 – Proposta n.º 110/2023 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Tróia-2023

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 820/2023 – Proposta n.º 111/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que já no passado levantaram aquela questão, tendo obtido a explicação por parte do senhor Vereador Pedro Pina, que estaria relacionado com um novo procedimento e com questões contabilísticas, porque aquela proposta não consubstanciava um apoio puro. Aquilo que tinham na presença não seria o mesmo que aprovarem 700,00 € à associação X ou Y, para a realização do plano de atividades ou de uma



atividade, aquilo que tinham era a receita de bilheteira. Aquelas instituições ocupavam o Fórum municipal Luísa Todi e bem, e com essa ocupação preenchiam também o cartaz cultural do Fórum Municipal Luísa Todi, contribuindo para a dinamização daquele espaço, o único espaço que tinham na cidade com aquelas características. Aquela utilização que deveria estar isenta de qualquer taxa, até porque nos protocolos celebrados com as instituições falava na isenção de taxas de utilização de equipamentos culturais, na utilização do Fórum Municipal Luísa Todi deparavam-se com 25% de bilheteira.

Disse que os 1.717,00€, 1.724,00€ ou 696,00 € estariam relacionados com o valor feito na bilheteira, menos os 25%. Percebiam que existiria um custo pela utilização do Fórum, de eletricidade e com o pessoal, no entanto, poderiam ter uma opinião diferente e para aquelas instituições deveriam estar isentas daquele pagamento, pelo que não seria o apoio puro, aquele que estavam habituados a aprovar. Aquela questão de ir ali como apoio, conforme o que lhes tinha sido explicado, estaria relacionado com uma questão contabilística, mas levantava outro problema. Aquilo que estava contratualizado com as instituições eram 25% e aquelas três instituições da receita que fizeram, pelo seu trabalho e pela sua divulgação, evidentemente com o apoio da Câmara Municipal, deixavam 25% na Câmara Municipal de receita de bilheteira, mas não seria somente os 25% tendo de somar 6%. Significava que, de início, as instituições estariam a esperar verem-lhes cobrado os 25% e depois passara a um acréscimo de 6%, devido à questão do IVA.

Chamou a atenção se a situação não deveria ser revista e deixando à consideração para poder ser analisado, sendo que seria injusto para com as instituições. Certamente que estaria relacionado com questões contabilísticas, no entanto, teriam de encontrar uma forma para que as instituições não fossem prejudicadas em 6%.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse ser uma situação que decorria do Código do IVA, do Código da Contratação Pública e da interpretação das entidades oficiais, nomeadamente o Tribunal de Contas e a DGAL, que tinham sobre aquele tipo de procedimentos. Não era 25% mais 6%, mas seria o IVA da receita de bilheteira a que tinham direito, tal como a parte da receita que a câmara tinha de bilheteira que também pagava o IVA.

Todas aquelas atividades deveriam estar isentas de IVA, no entanto, havia quem insistisse que elas não deveriam estar isentas de IVA, no entanto, teriam de cumprir a lei e teriam que cumprir aqueles requisitos, sobre o risco de a câmara e as próprias associações poderem cometer ilegalidades ponto de vista fiscal. Disse concordar que se tratava de uma injustiça.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que existia forma.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que preferia que não colocassem na reunião de câmara a possibilidade de falarem sobre as formas que existiam para fugir a uma obrigação fiscal.

Sr. Vereador Fernando José – Ninguém estaria ali a fugir.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que preferia que as questões não fossem ali colocadas, mas cada um ficaria com a sua responsabilidade

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ainda nem sequer tinha aberto a boca e o senhor Vereador Ricardo Oliveira já estaria a falar em fuga ao fisco.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que existiam formas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que lhe iria explicar qual seria uma das formas. Se a Câmara Municipal de Setúbal em vez de tomar a decisão de cobrar 25% da bilheteira às coletividades, cobrasse 10% ou 5% já não estariam a penalizar as coletividades.



Intervenções inaudíveis

Sr. Presidente – Disse que caso fosse apresentado da forma como estava ali, era óbvio que era uma receita que tinha fiscalidade. Poderiam encontrar outra forma de resolver a situação, mas quando se dizia que aquilo era 25% da receita, na haveria nada a fazer.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que no processo anterior, de acordo com as associações, seria a Câmara a fazer uma aquisição de serviços e assim atribuiria a bilheteira, mas as associações teriam de passar fatura. A câmara não poderia pagar uma aquisição de serviços sem ser contra uma fatura, porque a lei não permitia, pagariam não os 6% sobre a totalidade, assumindo todo o IVA. Numa aquisição de serviço o IVA que incidia seria superior. O sistema fiscal tinha aquelas incongruências, pelo que haveria o risco de haver associações a terem problemas com o fisco, a Câmara poderia ter problemas da forma como fazia essa contratação de aquisição de serviços, com os limites que a própria contratação pública colocava.

Quando eram espetáculos com uma receita muito insignificante, em 3 anos não atingiam os 20 mil euros que o Código da Contratação Pública colocava, quando começaram a existir algumas associações com espetáculos de grande sucesso e com bilheteiras com valor que ultrapassava os 20 mil euros, tiveram de deixar de utilizar aquela forma de aquisição de serviços e encontrar outra. Encontraram outra forma que não era perfeita, mas haveria de conseguir trabalhar para encontrar formas melhores, desde que também o Código do IVA permitisse-lhes encontrar alternativas.

Disse que não fazia sentido e seria ridículo que os espetáculos pagassem IVA e que as pessoas pagassem IVA para ir assistir a um espetáculo.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não seria uma questão de forma, mas uma questão de fórmula. As formas eram o que eram e não seria sobre isso que questionavam, mas sobre a fórmula encontrada. Disse que havendo cobrança de IVA, como não poderia deixar de ser sobre aquele valor, a fórmula sendo alterada permitiria atribuir às associações e às coletividades um determinado valor líquido, que fosse equivalente àquilo que se pretendia. Deixou aquela sugestão, para que podendo no futuro fazer essa retificação, cumprindo com tudo aquilo que eram os preceitos legais e cumprindo com as regras fiscais, encontrando uma fórmula diferente e não uma forma, que permitisse associar ao município aquele encargo fiscal e passasse uma percentagem líquida superior às associações e às coletividades, que dependiam daquelas receitas de bilheteira para poderem manter a sua atividade, todos teriam uma oferta cultural significativamente mais reduzida. Havendo uma menor receita de bilheteira, incorriam muito provavelmente ao incremento do apoio municipal pela falta de receita da associação. Entrando num ciclo vicioso de “*pescadinha de rabo na boca*”, que poderiam tentar evitar, encontrando numa fórmula distinta que tentasse maximizar dentro do possível aquilo que era a receita de bilheteira líquida para as respetivas associações.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que seria fácil fazer a conta. Caso uma instituição daquelas fizesse no Fórum Municipal Luísa Todi 10 mil euros de bilheteira, deixando 25% desses 10 mil euros na câmara, ainda teria de pagar mais 6% sobre o valor que lhe era atribuído. Se não existissem aqueles 25%, os 10 mil euros iam todos para a instituição. Teria de haver uma decisão para que as instituições da cidade continuassem a compartilhar com 25%, porque por questões legais ainda teriam de deixar mais 6%.

Sr. Presidente – Disse que não pretendia complicar aquela questão, porque se avaliassem bem tratava-se de uma questão mais complexa. A título de exemplo referiu que nem todas as associações iam ao Fórum Luísa Todi.

Intervenção inaudível



Sr. Presidente – Disse que não seria tão simples tal como os senhores colocaram. Tinham uma sala de espetáculos com o valor e a qualidade que tinha, sendo procurada por várias empresas que promoviam espetáculos. Procurando que viesse uma diversidade de oferta à cidade e que os setubalenses tivessem a possibilidade de usufruir no Fórum Municipal de uma diversidade e qualidade de uma dimensão cultural que passasse pela cidade, certamente que o tempo era muito limitado, por essa razão havia uma restrição relativamente às organizações que iam ao Fórum. Seria um entendimento discricionário, da parte de quem geria o Fórum, que procurava ser equilibrado. Existiam outras associações que não tinham a possibilidade de participar no Fórum, apesar de serem espetáculos com algum interesse, desenvolvidos por organizações do concelho de Setúbal. Poderia considerar que aqueles 25%, para além dos custos do funcionamento do Fórum que eram importantes considerar aqueles custos para a Câmara Municipal, que tinha para com as associações que participavam e não tinham para com as associações que não participavam. Até poderia ser considerado, pelos apoios que a Câmara Municipal dava a todas as organizações do concelho de poderem colaborar, que por essa razão dizia que a coisa seria mais complexa do que à primeira vista poderia parecer. Relativamente à questão central colocada, poderiam colocar outra forma de resolverem o problema dos 6%.

Solicitou que aquela proposta pudesse seguir. Seria sempre bom confrontarem ideias e posições, porque da discussão é que saia a luz e normalmente era sempre positivo.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 821/2023 – Proposta n.º 112/2023 – DCDJ/DICUL – Doação de uma obra de arte ao Município

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que o público já estava à espera há horas, porque às vezes distraíam-se com coisas que não tinha interesse para ninguém e pediu desculpas pela franqueza.

Disse que votariam todas as propostas do urbanismo da mesma forma, se todos tivessem essa posição.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que nada tinha a opor.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que nada tinham a opor.

Aquilo que tinham a opor era a constante afirmação do senhor Vereador Fernando Negrão, dizendo que aquilo que estariam a discutir ou aquilo que discutiam muitas vezes, não tinha importância. Consideravam que tudo aquilo que era discutido na reunião de câmara tinha importância. Aquilo que acabaram de fazer foi uma discussão importante, que estaria relacionado com a vida do movimento associativo e das coletividades. Aquilo que poderiam fazer seria uma revisão do Regimento e colocar o público a falar no início da reunião. Da parte do PS não existia nenhum tipo de problema que isso acontecesse. Percebiam e acompanhavam a preocupação do senhor vereador Fernando Negrão e dos vereadores do PSD, que já por várias vezes levantaram a questão, sendo que na última vez o público estivera quase até à meia-noite para usar da palavra. A sua bancada nada tinha a opor a uma revisão do Regimento, na qual o público falasse no início, tal como acontecia na Assembleia Municipal. No entanto, tudo aquilo que tratavam em reunião de câmara eram questões



importantes, nomeadamente aquela que estiveram a discutir tinha impacto direto na vida do movimento associativo.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador colocou a possibilidade de o público intervir no início da reunião. Oportunamente consideravam que as reuniões começando às quatro e meia da tarde não seria a melhor hora para o público estar presente. O objetivo era que o maior número das pessoas pudesse participar, pelo que não seria a hora colocada ao público no período de antes da ordem do dia que haveria menos gente a participar.

Intervenção inaudível

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que foi Vereador na Câmara Municipal de Lisboa, do qual se orgulhava muito, assim como se orgulhava mais ainda de ter sido vereador na Câmara Municipal de Setúbal e de continuar a sê-lo. Em Lisboa a reunião começava por volta das 15h00/15h30, era posteriormente feito um intervalo entre as 18h30 e as 19h00 para a intervenção do público e depois retomava-se a agenda.

Sr. Presidente – Disse que sem dar por concluída a questão, o período de antes da ordem do dia poderia ser encurtado. Não deixariam de discutir as questões que eram importantes discutir. Para que não acontecesse aquilo que aconteceu na última reunião de Câmara, tendo sido situações excecionais.

Questionou os senhores Vereadores do Partido Socialista se relativamente à proposta de poderem votar em conjunto colocaria à consideração e à votação dos senhores vereadores desde a deliberação n.º 822/2023 até à deliberação n.º 829/2023.

14. Deliberação n.º 822/2023 – Proposta n.º 205/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de licenciamento para construção de um edifício destinado a serviços - Processo n.º 31/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13.

15. Deliberação n.º 823/2023 – Proposta n.º 206/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará de demolição - Processo n.º 469/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13.



**16. Deliberação n.º 824/2023 – Proposta n.º 207/2023 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 397/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13.

**17. Deliberação n.º 825/2023 – Proposta n.º 208/2023 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 394/20**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13.

**18. Deliberação n.º 826/2023 – Proposta n.º 209/2023 – DURB/DIMOT –
Implementação de paragem e estacionamento proibidos, no Terreiro de
Santo António**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 e 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13.

**19. Deliberação n.º 827/2023 – Proposta n.º 210/2023 – DURB/DIMOT –
Estacionamento privativo (dois lugares), na Praça General Luís Domingues
- Isenção do pagamento da taxa anual**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13.

**20. Deliberação n.º 828/2023 – Proposta n.º 211/2023 – DURB/DIMOT –
Estacionamento de uso privativo (três lugares) atribuídos ao Hotel
Aranguês – Rua José Pedro Silva**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 70 a 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13.



21. Deliberação n.º 829/2023 – Proposta n.º 212/2023 – DURB/GAPGPA – Autorização de transmissão de titular de título de utilização privativa do domínio público hídrico - Apoio balnear Albarquel C1, Praia de Albarquel

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 73 a 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, em conformidade com o referido no ponto 13

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que pretendia mencionar uma coisa que seria importante, porque teriam de ser verdadeiros em relação àquilo que eram as deliberações, naquele momento tinham votado e não estavam presente os 11 vereadores incluindo o senhor Presidente só estavam 10 e depois na menção que era feita a votação, mesmo sendo por unanimidade deveria constar o número de pessoas que estavam presentes. Gostaria de deixara assinalado aquela situação, porque desconhecia se tinha sido aquele o caso ou se teria sido aquele o caso em votações anteriores, não estarem presentes todos os vereadores.

Sr. Presidente – Informou o senhor vereador Paulo Calado que os serviços quando se referiam às votações, colocavam o número de vereadores que votavam contra a favor e os que se abstinham, sendo registado os que estavam presentes. Em cada momento que se fazia a votação os serviços registavam as votações.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Maria Fernanda – Disse que não esperava ter que voltar a reunião de Câmara depois de na sua última intervenção ter entregue ao senhor Presidente um ofício. Disse que seria útil responder à informação técnica que lhe enviaram em resposta ao ofício, sendo apenas uma informação técnica, por e-mail, nada mais, toda ela incongruente e toda ela a necessitar de uma reflexão. Tinha a perceção que o senhor Presidente não tomara conhecimento da resposta pelo que iria analisar a mesma naquele local, para ter a certeza de que o senhor Presidente tivesse conhecimento. Tinha mandado um ofício registado e estava à espera de uma resposta através de ofício, sendo uma informação técnica baseada numa reclamação, quando na realidade tinha feito uma denúncia. Disse que iria ler um documento que posteriormente seria entregue ao senhor Presidente para ficar em anexo à ata. *“Exmo. Senhor Presidente, mais uma vez me dirijo a esta assembleia e no seguimento da minha última presença 7/6/2023 onde apresentei uma exposição sobre uma denúncia que se impunha dum alojamento local autorizado, mas sem cumprimento do que legalmente está estabelecido. Fiz notar igualmente na minha exposição e ofício enviado a 26 de maio do ano corrente, sem resposta até essa data, que tinha denunciado em ofício enviado a 20 de dezembro de 2019, uma instalação de gás que não tinha qualquer inspeção desde 2011 e um seguro inexistente. Obrigações legais que a não existirem tornavam a situação do prédio em referência de altíssimo risco. A tudo isto a resposta legal a esta minha denúncia e a que tinha direito como condómino, como munícipe e como cidadão foi completamente negligenciada, pese embora prazos legais a cumprir. Contudo, a confirmar toda esta legitimidade por parte do denunciante, temos o artigo 1427 e 1433 do Código da Lei do Condomínio. Fazendo um parêntesis, quero fazer notar que possuo o 5.º ano Geral do Comércio, não tenho formação jurídica, mas sei ler e escrever e interpretar, nomeadamente as leis que regem este país e a que todos nós estamos obrigados. Aprendi também que uma denúncia significa, cito, atribuir a responsabilidade (de crime ou falta, acusar, tornar conhecido, revelar) e que uma reclamação significa (queixa, reivindicação, protesto e exigência), eu denunciei. Dito isto e depois de*

receber via e-mail com data 21/6/2023 uma informação técnica como documento que junto n.º 1, penso não ser exatamente a forma de responder a um ofício enviado por mim a 26 de maio de 2023, mas tomando-a como resposta devido ao meu ofício, bastante sui generis na sua forma, verifico e fico com a perceção que vossa Excelência apenas delegou, confiou e mandou seguir, pois que todo o seu texto denúncia apenas uma intenção de mandar areia para os olhos de quem a vai ler, na perspetiva de que as responsabilidades inerentes a errónea as informações lhes passem por cima. Por tal analisemos. Subscrevem: (1.) Onde se desenvolve a atividade de alojamento local para a qual foi apresentada a mera comunicação prévia. Pergunto o porquê de a ênfase “mera” se apenas encontro nas referências transcritas sobre o assunto, Decreto Lei 128/2014 de 29 de agosto capítulo 2, artigo V, registos ponto 1, 2 e 3: A definição simples de comunicação prévia, com responsabilidades efetivas de atuação e decisão desta Câmara Municipal instituição e seus representantes, no que concerne ao seguimento a dar à mesma.

(Documento 2) Tentar desvalorizar o documento em si, com esta introdução de “mera” não justifica em nada a falta de responsabilidade que todo este processo de denúncia, nem as obrigações a ter no bom andamento de um processo que, como qualquer outro, tem regras estipuladas, tal como tem este como identificação documental, que é a comunicação prévia. (Ponto 2) Dizem que qualquer reclamação, dizem, nos termos do disposto da Lei 62/2018 de 22 de agosto, na redação atualizada deverá ser legitimada por mais de metade de permissão do edifício, concluindo não ter a requerente legitimidade para a pretensão”.

Aquilo era o que diziam na informação, de quem denunciara como reclamante, que não tinha legitimidade para a pretensão, anunciando o Decreto-Lei 62/2018 de 22 agosto. A contrariar aquela afirmação tinham a lei do condomínio, por onde se regia aquela denúncia, no artigo 1427 e 1423 da lei do condomínio. “Pergunto, porquê iniciar-se uma reclamação se o condómino do 1.º esquerdo apenas fez uma denúncia? É que não é o mesmo ou não será? Contudo esta análise continua bastante sui generis, pois que quem de direito não soube interpretar o ponto 2 do decreto-lei, 62/2018 que o enuncia, quando os técnicos afirmam que o condómino do 1.º esquerdo não tem legitimidade de se representar e sito: assim para a pretensão não se encontra aferida de legitimidade do requerente pelo que o procedimento se encontra dispensado do normal desenvolvimento, devido à ilegitimidade do requerente.”

Disse que tudo aquilo era no mínimo inacreditável.

“Depois de já terem enunciado os artigos que contradizem a suposta falta de legitimidade do requerente, pergunto: Em que essa alegada falta de legitimidade daria lugar a um impedimento da atuação dos técnicos, numa situação denunciada por ilegal, quando inclusive são os mesmos técnicos que na mesma informação admitem estar em análise o encerramento do referido AL por falta de cumprimento das regras legais?”

Disse que tudo aquilo era completamente incongruente.

“Tão inacreditável é esta atuação por parte dos responsáveis que nem detetam, que a lei que enunciam na tentativa de justificar tal postura, desdiz e sem grande esforço de interpretação da mesma, o que querem dar a entender, a dispensa dos técnicos de fazerem cumprir com a lei ou melhor dizendo, tentarem justificar as graves falhas neste processo, ilibando-os de possíveis responsabilidades, ou seja, transcrevendo exatamente um extrato da Lei 62/18, (ponto 2) verifica-se ser o mesmo muito claro. Cito o decreto-lei: No caso da atividade de alojamento local ser exercida numa fração, a assembleia de condóminos por decisão de mais de metade da permissão do edifício, em deliberação fundamentada, pode opor-se ao exercício da atividade de alojamento local da referida fração, dando para o efeito conhecimento da sua decisão ao senhor Presidente da Câmara.”

Disse que seria a assembleia de condóminos que tinha a legitimidade por votação de todos os condóminos.

“O poder de deliberar, como se vê, está na assembleia de condóminos, em maioria, tal como se lê e que depois de transcrita em ata”

Disse que todas as assembleias de condóminos, como todos sabiam que tinham que ser obrigatoriamente transcritas em ata, e o seu resultado daria conhecimento ao senhor Presidente.



“(Alínea b)) Com o resultado da deliberação efetuado em reunião entre a escrita em ata envia a mesma ao senhor Presidente da câmara que, perante a decisão nela votada atua em conformidade. (Alínea c)) Pergunta-se, qual o número de registo de entrada da referida ata? Pois outro documento não é válido, visto que todas as deliberações de uma assembleia têm que legalmente serem transcritas em ata e assinadas por todos os presentes. A existir a entrega da mesma, antecipa a informação que até à presente data não foi elaborada qualquer ata deste condomínio, desde dezembro de 2019. Nem os serviços podem auto dispensar, de cumprir as suas funções normais, sendo certo que é para corresponderem à solicitação dos munícipes e repor a legalidade das atuações, que ocupam os cargos respetivos dentro desta instituição.

Porquê enunciar-se o artigo 109 do Código do Procedimento Administrativo (documento 4) sendo que os deveres e direitos de ambas as partes estão perfeitamente e inequivocamente legitimados no respetivo decreto-lei de condomínio. O artigo 109 citado é sobre deferimento tácito, e o que ilegalmente os técnicos põem em causa é a falta de legitimidade, a qual nem sequer existe, não o deferimento tácito, o qual a ser, pergunta-se, que seria sobre que procedimento? O que significa toda esta manipulação, diria mesmo desnorte nesta atuação. A haver falta de legitimidade de algumas das partes, será sempre da parte dos técnicos, com as respostas erradamente fundamentadas que apresentam e com o incumprimento dos prazos de atuação e respostas a dar, os quais desde 20 de dezembro de 2019 não obtiveram qualquer ofício de resposta como se impunha, nem atuação, nem informação, podendo-se enunciar, aqui sim, o artigo 109 ou não será?

(2.3. Enquadramento e apreciação) Segundo informação verbal do turismo, efetivamente é depois do registo online que é emitido o número respetivo referente ao AL pretendido. Só que é enviado posteriormente para os serviços da Câmara Municipal, a qual legalmente se obriga a fazer a vistoria e a confirmar toda a legalidade do ato (documento 2). Mas o alojamento não tem deliberação da Assembleia, pois não existe sequer ata que lhe dê suporte”.

Referiu que já se encontrava em tribunal.

“O alojamento não tem regulamento interno, nem ata que se confirme a sua deliberação e o alojamento não tem qualquer seguro, nem da fração, nem do alojamento local, nem das partes comuns, situação, inclusive detetada pelos próprios técnicos da Câmara Municipal transcrita igualmente nesta informação técnica. Lá vão afirmando não terem legitimidade para atuação”.

Questionou se não tinham, não pretendiam ou não convinha.

“O alojamento não tem certificado do gás, inexistente há 12 anos, o alojamento não tem autorização do titular da fração e segundo declaração dos técnicos nesta mesma informação, o prédio não apresenta sistema de segurança implementado, sinalizações, extintores, porta de entrada a qual não funciona minimamente, mas apresenta o termo de responsabilidade declarando a idoneidade do edifício. O alojamento não apresenta registos junto ao SEF de utentes de estrangeiros isto exigido pela própria Câmara Municipal, segundo folheto que junto, mas abriu com 4 estrangeiros”.

Disse que não tinha nenhum registo no processo, porque tinha verificado todo o processo.

“Para que servem as disposições legais impostas aos técnicos nos procedimentos a ter com a exigência que os seus cargos impõem, melhor dizendo, deveriam a tal estarem obrigados se delas fazem, tal como diz o povo, de gato sapato.

Depois de tudo exposto, dizem vossas excelências da informação em análise: A exploração em causa enquadrada na descrição constante do título constitutivo foi alvo da vistoria de verificação no passado dia 4 de abril. O auto daí resultante, conjuntamente com a apreciação prévia do formulário de registo. Era uma constatação dos factos, mas o alojamento continua aberto. Originou um parecer consentido provável de cancelamento em virtude de existirem incumprimentos por regularizar devidamente identificados no processo, presentemente a aguardar decisão. É caso para dizer: de que estão vossas excelências à espera? Será que este aguardar e já lá vão 90 dias, significa dar provimento a mais uma solicitação por tal por parte da condómina do 2.º direito (documento 6). Ao consultar o processo camarário verifica-se que a pedido desta condómina do 2.º direito foi efetuada uma vistoria sem que no

processo exista qualquer observação de impedimento de atuação por parte de quem de direito, nem questionado sequer se a permissão da senhora existia ou não e tudo por causa de uma pintura necessária, mas não de risco. Ao contrário da inspeção do gás, ora denunciado, mas que levou 4 anos sem resposta. Só que esta denúncia inexplicavelmente ou nem por isso, não contava das preocupações do 2.º direito, que pese embora, represente a mesma permissão que o condómino do 1.º esquerdo, tem diferente cobertura dos técnicos e não a do vizinho do 1.º esquerdo.

subscrevem nesta mesma informação e em grande apoteose (diria eu), obras sujeitas a controlo prévio. Cito: mais se informa que, no momento da referida vistoria foi verificado que se encontra encerrada a totalidade das varandas da fachada nascente bem como situações pontuadas no alçado principal. Devem os condóminos vir a regularizar – inaudito”.

Disse que iria ler em nome do senhor ali presente que era ucraniano, mas que não sabia falar muito bem o português:

“Comprei a minha fração em 2015 e já na altura, todas estas varandas estavam encerradas, inclusive a da minha fração, tenho conhecimento que em 2014 e junto documento (documento 7), o prédio foi sujeito a um pedido de vistoria por parte da mesma condómina (2.º direito), nunca detetaram nada? Bastante estranho! Tenho conhecimento que em 2018, esta proprietária requerer novamente a intervenção dos serviços, numa vistoria do prédio. Nunca detetaram nada? Bastante estranho! Tenho conhecimento que esta condómina em carta enviada novamente aos serviços, janeiro de 2020, denuncia a sua própria varanda que já estava encerrada, dizendo que estava em risco apenas a pintura. Segundo o processo estiveram no local (tendo fotografias das varandas encerradas) e mais uma vez não detetaram nada, o que é bastante estranho. Acedem a pedidos de prorrogação do prazo à mesma condómina (documento 6) legitimando sem qualquer argumentação, a mesma que por acaso tem igual permissão que o condómino do 1.º esquerdo, recebem informação sem que a mesma se identificar, nem como administrador e que não o é, nem com parte maioritária que não representa. Em contrapartida, o proprietário do 1.º esquerdo denuncia uma situação que pode levar à explosão do prédio em questão, a reforçar sem seguro. Para além de nada fazerem apenas contestam a sua legitimidade, mas que a tem. Atua de uma forma de uma vingancazinha vergonhosa, atinge apenas a que tem de atingir. Leva-me a perguntar, quem será o atingido? Por mim que quando cheguei a Portugal sem saber o português sem ter uma administração que me informasse fosse do que fosse, apenas posso dizer que a falta de formação e não só destes técnicos expressam, como querendo dizer e parafraseando esta caricata atuação – Aí fazes uma denúncia, então agora toma lá, não me atinge! Sendo contudo conivente e não poderia deixar de sê-lo, com a legalidade da situação dentro da responsabilidade que na minha condição fora ferida, de desconhecimento total, de que, se a minha fração estava ou não legalizada nesse aspeto, aliás, imposição que deveria ter sido realizada ao antigo proprietário na altura da obra, sendo certo que espero que Vossa Excelência me agradeçam a preocupação, pois juntamente com esta exposição entregue várias fotos de várias varandas, muitas, mas não todas ainda, onde numa situação de igualdade decerto não deixarão de ter o mesmo procedimento que protagonizam nesta informação relativamente à maioria dos condóminos deste prédio.

Fiz notar que, aquando da minha denúncia o Alojamento Local tinha aberto ao público 2 meses antes da data registada. Pergunto: Justifica-se a forma como respondem reforçado e sublinhada no ponto 2.3? (é só ler). Hoje, dia 5 de julho aqui estou a responder no estrito cumprimento da lei à informação, por vós enviada. Pergunto: Qual o prazo que Vossa Excelências têm para que legalmente terminem em análise, que há 90 dias efetuou para uma atuação que legalmente se impõe, sendo certo que já consideraram como certo o incumprimento das regras do alojamento em causa? Qual é a dúvida? Qual é a justificação para perpetuar no tempo esta análise e respetiva resolução?”

Disse que iria entregar aquela exposição ao senhor Presidente e solicitou que ficasse anexa à ata.



Sr. Presidente – Informou a senhora Maria Fernanda que tinha feito a sua exposição, no entanto, não poderia aceitar tudo aquilo que tinha deixado no ar, com a ideia de que os técnicos da Câmara Municipal eram incompetentes, não cumpriam aquilo que a legislação estabelecia. A senhora vereadora Rita Carvalho da área do urbanismo teria alguma resposta a dar-lhe.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que foi apreciada a exposição e não uma reclamação. Foi uma exposição apresentada no âmbito do processo que corria nos serviços, havendo alguma baralhação nos conceitos. A competência da Câmara no que dizia respeito aos alojamentos locais, sendo o alojamento local uma atividade compatível com o uso de uma fração de habitação ou serviços, havendo um interessado fazia o registo no portal do turismo e o portal do turismo comunicaria à câmara que faria uma vistoria para verificar se estariam cumpridos todos os requisitos e a realização da vistoria não impedia a abertura do alojamento local.

Recentemente foi publicada uma alteração à lei que previa que metade dos condóminos poderiam opor-se a existência de alojamento turismo, quando estava em causa o uso de habitação, desde que fosse expresso em ata e não o contrário como era entendido pela senhora Maria Fernanda, que para a abertura de um alojamento local teria de ter a apresentação da ata, o que seria o inverso, para o encerramento é que teria que existir a apresentação da ata.

No caso em concreto não existia a apresentação da referida ata por parte dos condóminos nem havia a apresentação da legitimidade do reclamante, naquele caso que apresentara uma exposição à Câmara, ainda assim foi feita uma informação técnica perante todos os argumentos apresentados. Da vistoria resultara o incumprimento de alguns pressupostos no âmbito do Código de Procedimento Administrativo, era dada audiência prévia ao explorador para apresentar os respetivos elementos, os quais foram apresentados estavam em apreciação nos serviços.

O prazo de 90 dias que referia não correspondia ao prazo no qual o explorador do alojamento local apresentou os documentos que garantiam o cumprimento ou não, sendo que os mesmos estariam a ser verificados. Caso não cumprisse, teria de ser feito o encerramento do alojamento local, mas se cumprisse poderia ser considerada permanência do alojamento local, salvo se os condóminos em reunião de condomínio com ata apresentada à Câmara viessem expor a situação, fazendo-se o cancelamento do registo de alojamento local.

Sobre a “mera” comunicação prévia seria um pequeno esclarecimento, mas serviria para ficar a perceber o porquê da “mera” comunicação prévia, era o nome do procedimento previsto na lei, não era isolado de a Câmara de Setúbal chamar “mera” comunicação prévia, mas o que estava previsto na lei para apresentação dos pedidos de alojamento local.

Sr. Presidente – Disse esperar que a Sra. Maria Fernanda tivesse compreendido que existiam interpretações que não eram exatamente coincidentes, razão pela qual corresponderiam àquilo que a lei estabelecia naqueles casos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que foi enviada a informação técnica por e-mail, para agilizar a resposta, no decurso da reunião de Câmara, onde a questão foi colocada diretamente ao senhor presidente, tendo sido o Gabinete de Apoio à Presidência que enviara a informação por e-mail para tentar esclarecer e ajudar à resolução do problema, obviamente que o ofício tinha sido remetido por via normal, pelos CTT e haveria de ser recebido.

Intervenção inaudível

Os documentos entregues pela munícipe ficam anexos à presente ata, sem prejuízo do cumprimento das normas do RGPD.



Sr. Nuno Fialho – Disse ser presidente da APEP – Associação Portuguesa das Empresas de Publicidade Exterior, que existia há 35 anos e representava o setor da publicidade exterior em Portugal. O mercado da publicidade exterior em Portugal era constituído, principalmente, por micro e pequenas empresas, muitas delas locais ou regionais. Nesta participação na reunião de câmara gostaria de começar por dar os parabéns a todos os vereadores e elogiar a retirada do ponto para aprovação da hasta pública dos outdoors em Azeitão, o que revelava uma sensibilidade para o problema da exclusividade dos monopólios. Relativamente à hasta pública de outdoors em Azeitão que terminava naquele mês, a APEPE sempre se mostrara contra e passados 4 anos ficava demonstrado o porquê. Uma única empresa com exclusividade dos outdoors, empresas locais e regionais que operavam em publicidade exterior, deixaram de poder exercer o seu trabalho naquela região. Face à exclusividade foram praticados valores altos na comercialização dos outdoors relativamente ao mercado, afastando a possibilidade de os comerciantes e empresários da região poderem utilizar os meios para publicitar os seus negócios. Não era aquilo que pretendiam, os mercados tinham de funcionar com concorrência e o município arrecadaria a sua receita na mesma, mas possibilitaria várias empresas em simultâneo que pudessem desenvolver a sua atividade. Há cerca de um ano a pedido da APEPE realizara-se uma reunião com a senhora vereadora Rita Carvalho, tendo sido apresentadas as suas preocupações sobre a exclusividade e os monopólios na publicidade exterior. Na qual a mesma comunicou-lhes que não existia a ideia de ser feito qualquer concurso ou hasta pública relativamente à publicidade exterior em Setúbal.

Decorrido um ano, empresas suas associadas recebiam respostas aos seus pedidos de renovação ao licenciamento, em que apenas o município renovava a licença até ao final do mês de dezembro do ano em curso, uma vez que estaria a preparar uma hasta pública ou um concurso. Questionou a senhora Vereadora Rita Carvalho sobre o que se alterou de um ano até ao presente.

A APEPE era totalmente contra a criação de um concurso de exclusividade ou uma hasta pública que fizesse com que fosse criado o monopólio da publicidade exterior em Setúbal. Naquele momento operavam em Setúbal dezenas de empresas locais, regionais, nacionais, microempresas, pequenas empresas, grandes empresas e multinacionais. O mercado era partilhado, existia concorrência, funcionava bem. Questionou por que razão iriam mudar para pior.

A APEPE apresentara também, aquando da reunião com a senhora vereadora Rita Carvalho, a possibilidade de melhorar o aspeto de organização dos meios, através da implementação do modelo POPE – Plano e Organização de Publicidade Exterior, naquele caso em Setúbal que já georreferenciava todas as posições e as mesmas eram detidas por diversas empresas, pagando a respetiva licença ao município, ficando identificados os locais ocupados por cada empresa, facilitando assim a identificação do que era instalado ilegalmente e daquela forma todas as empresas poderiam trabalhar no município, existindo uma livre concorrência.

Aquele modelo existia em Almada já há muitos anos. A APEPE sempre demonstrou e reiterava a disponibilidade para construir com o Município de Setúbal, as melhores soluções e práticas para a publicidade exterior, como fez noutros municípios.

Sr. Presidente – Referiu que o senhor Fialho se estaria a referir a uma proposta que tinha sido apresentada na última reunião de câmara e que tinha sido retirada.

Intervenção inaudível

Sr. Nuno Fialho – Disse que a preocupação era também daquilo que constava na resposta aos pedidos de licenciamento, de se estar a construir uma hasta pública ou um concurso de exclusividade a partir do próximo ano. As licenças e as formações só iriam ser feitas... (inaudível)

Sr. Presidente – Agradeceu o esclarecimento do senhor Nuno Fialho e solicitou a intervenção da senhora Vereadora Rita Carvalho para que pudesse responder às questões.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que reuniram com a APEPE há um ano, com aquela preocupação. Reconheciam a preocupação e precisamente pela mesma razão a proposta que foi à última reunião de Câmara foi retirada. Estava ainda em avaliação pelos serviços, mas não estaria em causa nenhuma exclusividade no futuro. Pelo que estariam na redundância daquilo que não era o que pretendiam. Referiu que estariam a trabalhar numa solução para o concelho, até para responder às questões foram discutidas na última reunião de Câmara, para encontrar soluções mais diversificadas. Não seria a exclusividade que estaria a ser preparado.

Sr. Nuno Fialho – Disse que a sua preocupação passava pela questão da hasta pública em Azeitão. A APEPE demonstrara há 4 anos que não deveria avançar e terá avançado e que a mesma não deveria passar pelos mesmos motivos que apresentou. As várias empresas teriam de poder trabalhar naquele território.

A outra preocupação, na sequência da primeira, as empresas receberam das renovações que se dariam por um ano, das licenças das coisas estavam colocadas em Setúbal, receberam a informação de que a licença só poderia ser dada até dezembro do ano em curso, porque a partir do próximo ano, de acordo com despacho anexo à carta, a câmara estaria a preparar uma hasta pública ou um concurso.

Aquela situação preocupava-os porque não seria o modelo que estaria a funcionar naquela altura em dezenas de empresas que podiam operar em Setúbal. Era uma preocupação que pretendia demonstrar a todos e frisar. Questionou o porquê de mudar as coisas se elas corriam bem.

A APEPE propôs um modelo que poderia auxiliar na organização, mas mantendo a fórmula que existia, mas melhorada.

Sr. Vereador Fernando José – Disse estranharem que tivesse sido apresentada, porque na última reunião de Câmara os Vereadores do Partido Socialista e os vereadores do PSD proferiram que não concordavam com qualquer tipo de hasta pública que levasse ao monopólio e por essa razão a proposta foi retirada. Tendo a proposta sido retirada e tendo sido afirmado pelos vereadores do Partido socialista como pelos vereadores do PSD a discordância com aquele procedimento, não percebiam como as empresas recebiam notificação de que só poderiam renovar até ao final do ano. Não houve nada aprovado em reunião de Câmara. Questionou se o mesmo correspondia à verdade, de que as empresas estariam a receber a referida informação.

Disse duvidar que fosse aprovado, porque ficou muito claro que não concordavam com qualquer tipo de monopólio. Se a proposta não tivesse sido retirada, seria chumbada.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José de que a proposta discutida na última reunião de câmara foi retirada na sequência do debate e em que a própria CDU tinha concordado em retirar a proposta para ser reapreciada. Haveriam de avaliar aquela situação e quando voltasse a proposta que a avaliariam. Não iriam especular situações que não estivessem em causa.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estariam a manter, conforme os pedidos, as licenças até ao fim do ano, no sentido de encontrar um procedimento, sujeito à concorrência, com as questões que falaram na última reunião, que poderia ser uma hasta pública com diferentes lotes, poderia ser um concurso, poderia ser uma solução à semelhança de Almada, que pensava ser possível ter pronto até ao fim do ano, havendo nessa altura outro procedimento.



Não sendo possível até ao final do ano, seria apresentado pelos diferentes interessados em colocar a sua publicidade, fazendo-se a renovação pelo prazo previsto ou achando enquadrável. A última reunião foi bem clara relativamente àquilo.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que não estiveram na última reunião de Câmara, mas supunha que o objetivo seria que, com tempo necessário, houvesse um procedimento pelo qual estivesse a maioria de acordo, que levasse a que se pudesse manter a concorrência no concelho de Setúbal. Os termos em que isso seria feito, sugerira que fosse com a antecedência necessária para o caso de serem auscultadas as várias forças políticas presentes na câmara.

Sr. Presidente – Disse que no mês de agosto, normalmente faziam apenas uma reunião e para que houvesse possibilidades com a devida antecedência ficasse marcada essa reunião propunha para que a mesma tivesse lugar na segunda quarta-feira, dia 9 de agosto, apesar de não poder estar presente. Disse que seria necessário fazer um edital para que antecipadamente aquela alteração fosse devidamente divulgada. Questionou se não haveria inconveniente na referida proposta.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e dezassete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 8 de novembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 41 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Vítor Marcos

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio